



RELATÓRIO DE ATUAÇÃO CEAF 2020

Teresina(PI)
Janeiro/ 2021

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	04
2. DAS ATRIBUIÇÕES DO CEAF.....	06
3. ESTRUTURA DO CEAF.....	08
3.1 Estrutura de pessoal.....	08
3.2 Estrutura física.....	08
4. DADOS ESTATÍSTICOS QUANTO ÀS PARTICIPAÇÕES DE MEMBROS E SERVIDORES NAS CAPACITAÇÕES.....	09
5. DIAGNÓSTICO SOBRE AS AÇÕES PEDAGÓGICAS REALIZADAS PELO CEAF EM 2020.....	11
6. REUNIÕES DO COLÉGIO DE DIRETORES DE ESCOLAS E CENTROS DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS DO BRASIL- CDEMP.....	15
7. EVENTOS: CURSOS, PALESTRAS, OFICINAS, WORKSHOPS E OUTROS.....	16
7.1 Janeiro.....	16
7.2 Fevereiro.....	17
7.3 Março.....	18
7.4 Maio.....	19
7.5 Junho.....	20
7.6 Julho.....	30
7.7 Agosto.....	37

7.8	Setembro.....	43
7.9	Outubro.....	53
7.10	Novembro.....	56
7.11	Dezembro.....	57
8.	CURSOS EM EAD 2020- PLATAFORMA MOODLE.....	58
9.	CURSOS POR VIA DE CONTRATAÇÃO.....	59
10.	APERFEIÇOAMENTOS EM MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO.....	63
11.	TREINAMENTOS PARA O RETORNO DO TRABALHO PRESENCIAL.....	64
12.	PROJETO ENCONTRO COM A LEITURA.....	66
13.	RELATÓRIO DA BIBLIOTECA.....	70

1. APRESENTAÇÃO

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF – é órgão auxiliar do Ministério Público, previsto no art. 62 da Lei Complementar nº 12/1993 regido pelo Ato nº 612/2016. E tem como finalidade promover o aperfeiçoamento profissional e cultural de membros e servidores da Instituição. Para isso realiza cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, estudos e publicações.

O CEAF tem como meta permanente a melhoria dos serviços do Ministério Público à sociedade, o incremento de sua eficiência operacional e a racionalização dos recursos materiais e humanos disponíveis. Em 2020, diretamente ou por meio de parcerias, o CEAF participou do aprimoramento cultural e profissional dos membros e servidores do Ministério Público com o intuito de elevar os padrões técnicos e científicos dos serviços prestados pela Instituição. Em um ano de muitos desafios, os destaques foram:

- **Ampliação das capacitações on line através das plataformas Microsoft Teams e canal do MPPI no YouTube;**
- **Acessibilidade na transmissão de capacitações on line, através da participação de intérpretes de libras;**
- **Regionalização de alguns treinamentos/capacitações, através das plataformas digitais;**
- **Intercâmbio de capacitações com outros órgãos, através de parcerias com outras instituições, tais como MPRN e Instituto Rui Barbosa;**
- **Incentivo ao aprimoramento cultural, através do Projeto Encontro com a Leitura;**
- **Ações para a criação da Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí;**
- **Grupos de Pesquisa e Estudos;**
- **Capacitações continuadas na temática de Mediação;**
- **Produção de material educativo e realização de treinamentos on line voltados para capacitar integrantes do MPPI ao retorno seguro ao trabalho;**
- **Cursos em EAD oferecidos através da plataforma *Moodle*.**

Registramos no ano de 2020, quarenta e cinco eventos promovidos pelo

CEAF, alguns em parceria com outros órgãos/setores do MPPI, a exemplo, os Centros de Apoio Operacional e dos Núcleos Especiais.

Os principais eventos voltados à capacitação e aperfeiçoamento funcional desenvolvidos pelo CEAF, no ano de 2020, estão destacados no presente relatório.

2. DAS ATRIBUIÇÕES DO CEAF

O Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) é órgão auxiliar do Ministério Público, e tem por missão o aprimoramento profissional e cultural dos membros e servidores da Instituição (art. 62 da Lei Complementar 12/1993).

O CEAF é vinculado à Procuradoria-Geral de Justiça e destina-se a realizar todos os cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações do Ministério Público, objetivando o aperfeiçoamento cultural, funcional e profissional dos membros e servidores do Ministério Público; o aprimoramento da execução ou prestação dos serviços do Ministério Público.

É um instrumento de fundamental importância para o aperfeiçoamento funcional dos membros e servidores, assim promove atividades de cunho educativo, formacional e cultural, nas modalidades presencial e a distância, de maneira autônoma ou em cooperação com instituições parceiras, fomentando o debate acerca de temas de relevante interesse institucional, para a comunidade jurídica e a sociedade em geral.

O Ato PGJ nº 612/2016 em seu art. 2º dispõe sobre as atribuições do CEAF- Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional no âmbito do MPPI:

Art. 2º. São atribuições do CEAF:

I – instituir:

- a) cursos para aperfeiçoamento e especialização de membros e servidores do Ministério Público;
- b) cursos preparatórios para os candidatos ao ingresso nos quadros institucionais e auxiliares do Ministério Público;

II – indicar os professores regulares e eventuais para os cursos e atividades do órgão, ouvindo o Procurador-Geral de Justiça;

III – estimular e realizar atividades culturais ligadas ao campo do Direito e ciências correlatas relacionadas às funções afetas à Instituição;

IV - promover cursos, oficinas, ciclos de estudos, reuniões, simpósios, seminários, congressos, e outros eventos abertos à frequência de membros e servidores do Ministério Público, e excepcionalmente, a outros profissionais com atuação em área vinculada às funções institucionais do Ministério Público;

V – apoiar projetos e atividades de ensino e pesquisa que se realizem para o aprimoramento dos membros e servidores do Ministério Público;

VI - editar publicações de assuntos jurídicos e de interesse da Instituição;

VII – promover, em parceria com a Corregedoria-Geral do Ministério Público, curso de adaptação aos Promotores de Justiça Substitutos;

VIII – manter intercâmbio cultural e científico com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras;

IX – prestar serviços de organização de concursos públicos ou seleção pública para estagiários do Ministério Público do Estado do Piauí e promover curso de preparação para o ingresso no estágio;

X – organizar e administrar a Biblioteca do Ministério Público do Estado do Piauí, bem como opinar no processo de aquisição de obras e de disponibilização do seu acervo à consulta do público interno e externo;

XI - zelar pelo reconhecimento e valorização do Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado;

XII - identificar e avaliar as necessidades de capacitação de membros e servidores do Ministério Público, emitindo parecer;

XIII - coordenar o acompanhamento dos programas de estágio com estudantes regularmente matriculados nas instituições educacionais públicas e privadas conveniadas com o MPPI;

XIV - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas, compatíveis com seus fins institucionais.

3. ESTRUTURA DO CEAF

3.1 Estrutura de Pessoal

DIREÇÃO CEAF/MPPI	
--------------------------	--

DIRETORA GERAL DO CEAF	TERESINHA DE JESUS MARQUES
DIRETORA GERAL SUBSTITUTA	GLADYS GOMES MARTINS DE SOUZA

SECRETARIA DO CEAF	
---------------------------	--

ASSESSORA PEDAGÓGICA – VIVIANE MARIA DE PÁDUA RIOS MAGALHÃES
ASSESSORA MINISTERIAL – NINA ARAÚJO MELO LEAL
TÉCNICA MINISTERIAL – ZÉLIA BEATRIZ MORAIS FERNANDES SOBRAL

BIBLIOTECA- WALDYR SILVA GUIMARÃES	
---	--

TÉCNICA MINISTERIAL	CERES CRONEMBERGER SOBRAL FRANCO
ESTAGIÁRIA DE BIBLIOTECONOMIA	HELIZA MARIA NASCIMENTO COSTA

RECEPÇÃO	
-----------------	--

GÉSSICA JANSEN MEIRELES – RECEPCIONISTA/ TERCEIRIZADA	
---	--

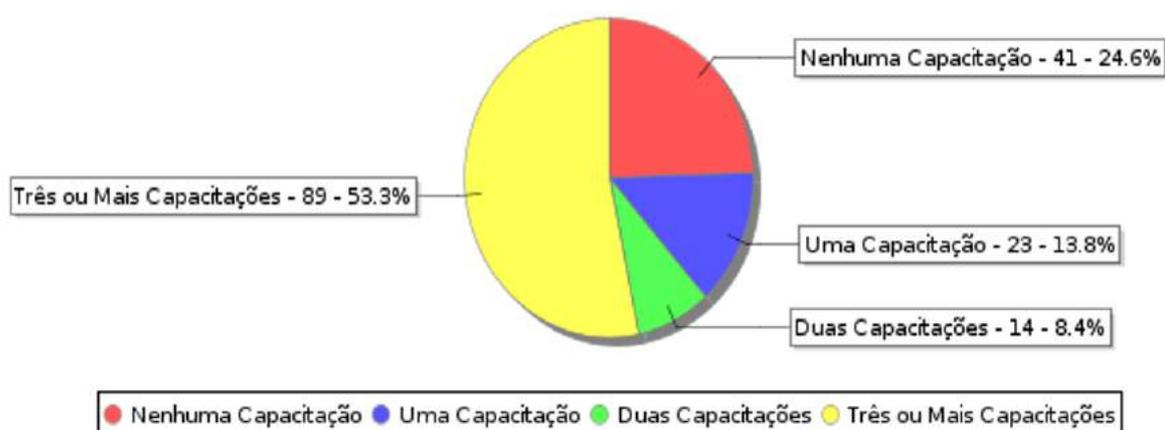
3.2. Estrutura Física

Recepção
Três salas de aula
Sala da Diretoria
Sala da Secretaria e Assessoria Pedagógica e Administrativa
Sala de reuniões
Espaço “Café Cultural”
Biblioteca
Banheiros

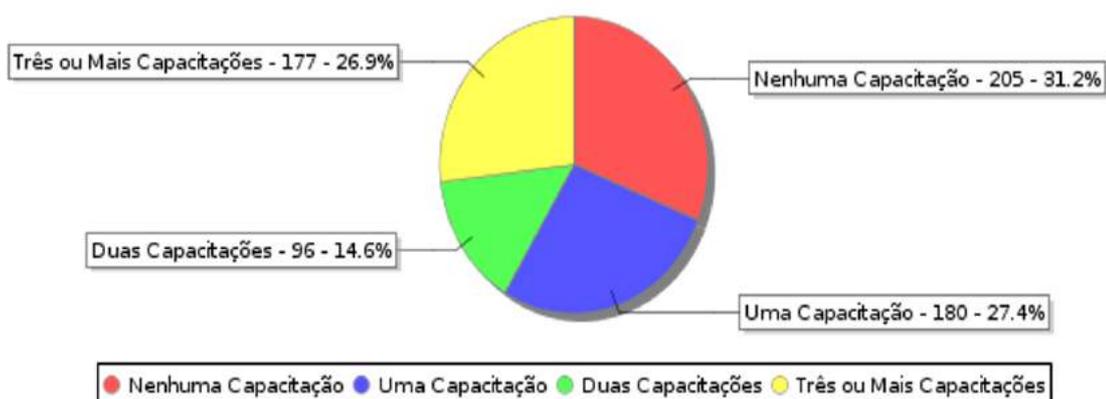
4. DADOS ESTATÍSTICOS QUANTO ÀS PARTICIPAÇÕES EM CAPACITAÇÕES DE MEMBROS E SERVIDORES

- 126 Membros capacitados: 75,4% do total de membros do MPPI;
- 453 Servidores capacitados: 68.8% do total de servidores do MPPI.

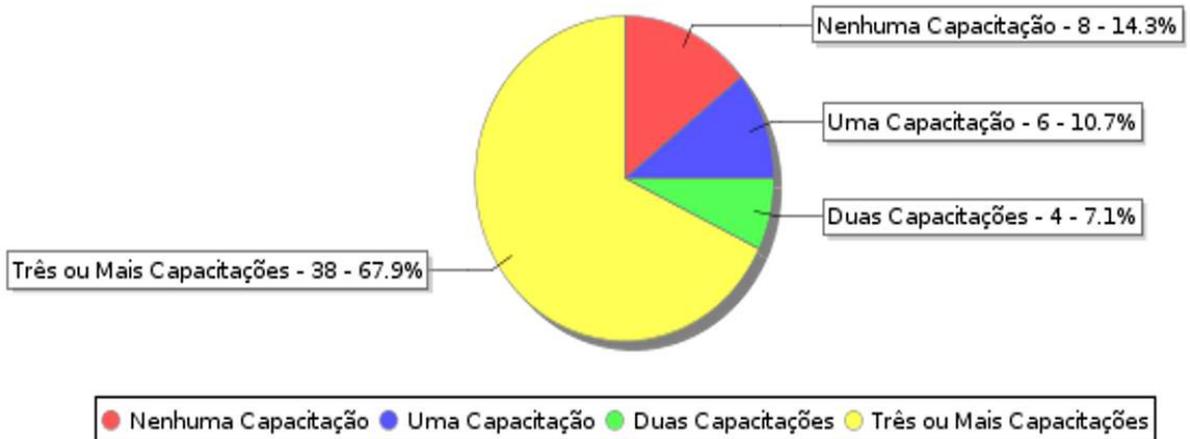
Classificações das Participações dos Membros nos Eventos



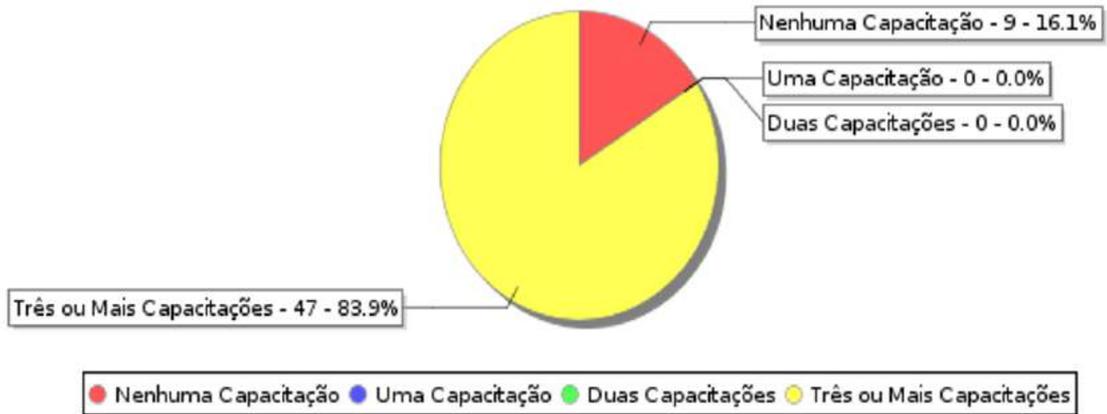
Classificações das Participações dos Servidores nos Eventos



Classificações dos Eventos por Quantidade de Membros



Classificações dos Eventos por Quantidade de Servidores

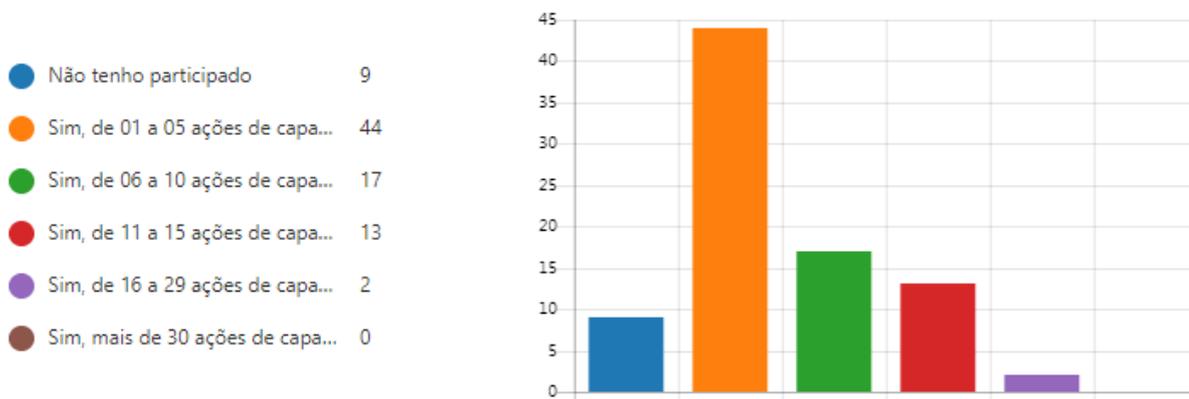


5. DIAGNÓSTICO SOBRE AS AÇÕES PEDAGÓGICAS REALIZADAS PELO CEAF EM 2020

Dados coletados em formulário enviado aos integrantes do MPPI em novembro e dezembro de 2020:

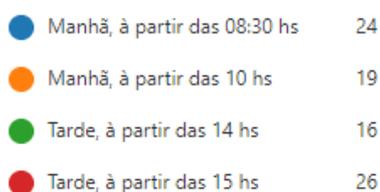
1. Em 2020, você tem participado de webinars, cursos, minicursos e outras ações de capacitação promovidas pelo CEAF/MPPI? Quantas vezes participou nesse último ano?

[Mais Detalhes](#) [Insights](#)



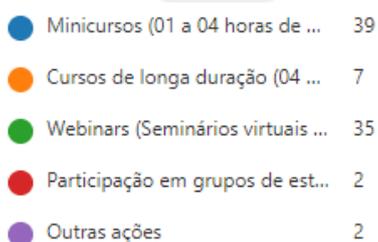
2. Qual o horário mais adequado e viável para a sua participação em eventos de capacitação e aperfeiçoamento?

[Mais Detalhes](#)



3. Qual ação de capacitação tem sido mais eficaz e com melhor aproveitamento para o aperfeiçoamento e a qualificação do desempenho de suas atividades e atribuições ministeriais?

[Mais Detalhes](#) [Insights](#)



4. Com qual frequência você considera mais proveitoso participar de ações de capacitação?

[Mais Detalhes](#) [Insights](#)

● Semanalmente	14
● Mensalmente	54
● Bimestralmente	17



5. Qual você considera a melhor estratégia de capacitação? (Obs.: enquanto durarem as medidas de isolamento social e enfrentamento ao Corona Vírus, as ações de capacitação ocorrerão apenas em ambiente virtual)

[Mais Detalhes](#) [Insights](#)

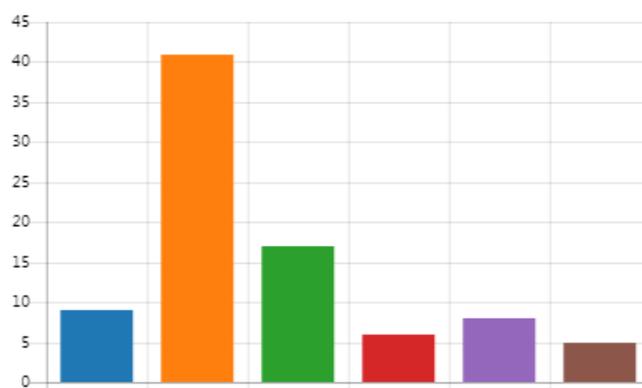
● Atividade presencial, em salas ...	6
● Atividades online, ao vivo	22
● Atividades online gravadas, p...	44
● Atividades online e presenciai...	13



6. Considerando a realização de um webinar (seminário virtual com palestras ou painéis temáticos e interação por meio de perguntas), na sua opinião, qual a duração ideal para o evento, de forma a não comprometer o aproveitamento da atividade?

[Mais Detalhes](#) [Insights](#)

● Até uma hora de duração	9
● Até duas horas de duração, se...	41
● Até duas horas de duração, co...	17
● Até três horas de duração, se...	6
● Até três horas de duração co...	8
● Quatro ou mas horas de duraç...	5



7. Considerando a realização de um Curso (aulas ministradas por professor, ao vivo ou gravadas), na sua opinião, qual a duração ideal?

[Mais Detalhes](#)

[Insights](#)

● 02 a 04 hs em um único dia	49
● 04 a 08 horas em um único di...	6
● 04 a 08 horas em mais de um ...	29
● Mais de 08 horas	2



8. As atividades de capacitação realizadas em 2020 foram...

[Mais Detalhes](#)

[Insights](#)

● Satisfatórias	82
● Insatisfatórias	4



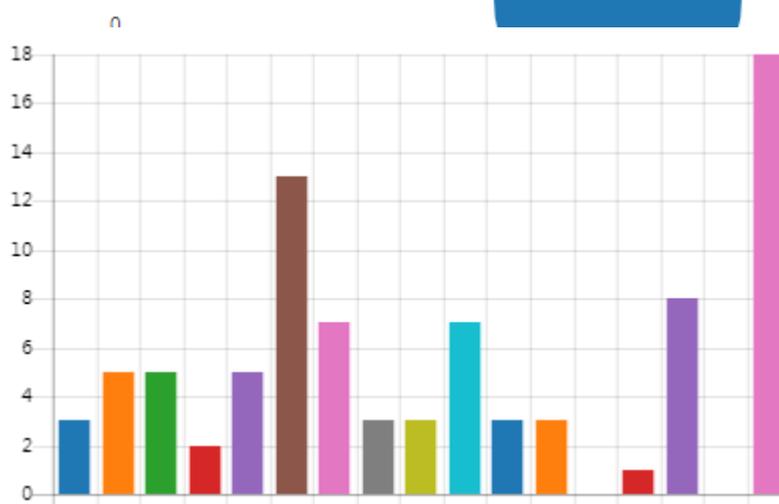
10. Como você avalia a possibilidade de implantação de uma biblioteca virtual no âmbito do

MANOIA

11. Tendo em vista a atualização do Plano Bianual (2020/2021) do CEAF, que áreas do conhecimento você considera importante priorizar nas ações de capacitação a serem realizadas em 2021?

● Desnecessário

● Não, pois não con



● Tribunal do Júri	3		
● Violência contra a mulher	5	● Defesa do consumidor	3
● Criminalidade organizada	5	● Atuação e litigância estratégica	0
● Criminal (demais áreas)	2	● Justiça Restaurativa	1
● Orçamento Público	5	● Gestão Administrativa	8
● Improbidade Administrativa	13	● Família e Sucessões	0
● Criança e Adolescente	7	● Sistemas usados na rotina de t...	18
● Direito à educação	3		
● Direito à saúde	3		
● Outros direitos difusos e coleti...	7		
● Conciliação, mediação e meio...	3		

6. REUNIÕES DO COLÉGIO DE DIRETORES DE ESCOLAS E CENTROS DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS DO BRASIL- CDEMP

A Diretora Geral do CEAF, Procuradora de Justiça Teresinha de Jesus Marques representou o MPPI, nas reuniões virtuais elencadas abaixo.

- REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA (25.03. 2020) – Apresentação de relatório de atividades da Gestão CDEMP 2019/2010; prestação de contas das atividades da Gestão CDEMP 2019/2010; posse da nova Diretoria e do Conselho Fiscal do CDEMP 2020/2021; posse da nova Diretoria e Diretoria Adjunta da ENAMP 2020/2022.
- 1º REUNIÃO ORDINÁRIA (10.06. 2020) - Apresentação e discussão do planejamento CDEMP/2020; unificação do site do CDEMP/ENAMP e análise da proposta; cancelar o modelo de capacitação oferecido pela Enamp e apresentar sugestões de novas iniciativas pedagógicas.
- 2º REUNIÃO ORDINÁRIA (26.08.2020) - Integração do CDEMP com as escolas, bem como a integração entre as escolas por intermédio do CDEMP.
- 3º REUNIÃO ORDINÁRIA (26.11.2020) - Eleições para o cargo de Diretor Financeiro da atual Diretoria, bem como eleição para a Diretoria e Conselho Fiscal do CDEMP para o ano de 2021.

7. EVENTOS: CURSOS, PALESTRAS, OFICINAS, WORKSHOPS E OUTROS

7.1. JANEIRO

MINICURSO “MNI X SIMP – USO DA INTEROPERABILIDADE ENTRE SIMP E PJE PJE 1º E 2º GRAU”

O Minicurso “MNI x SIMP – Uso da Interoperabilidade entre SIMP e Pje PJE 1º e 2º Grau” foi realizado com o objetivo de capacitar os usuários do MPPI a utilizarem exclusivamente o SIMP para realizar as operações em relação aos processos judiciais do PJE 1º e 2º Grau, executando o cronograma do projeto da Interoperabilidade entre os sistemas SIMP e PJE 1º e 2º Grau.

O evento foi destinado a membros e servidores lotados na capital e que trabalham com PJE em gabinetes de 1º e 2º graus, os quais foram divididos em 04 (quatro) turmas, que ocorreram durante os dias 15 e 16 de janeiro de 2020.



CURSO “TÉCNICAS DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS APLICADAS AO MINISTÉRIO PÚBLICO”

Procuradores, Promotores de Justiça e servidores do Ministério Público do Estado do Piauí participaram, nos dias 30 e 31 de janeiro de 2020, do curso “Técnicas de Mediação de Conflitos aplicadas ao Ministério Público” promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) em parceria com a Unidade de Capacitação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

O curso foi planejado para que os participantes refletissem sobre a utilidade das ferramentas de comunicação e de negociação para a atuação profissional com resolutividade. Também, destacamos que um dos propósitos do curso foi o compartilhamento de conhecimentos e experiências sobre o uso de técnicas autocompositivas no Ministério Público. A autocomposição tem sido considerada por alguns juris-

tas como uma nova tendência no âmbito da Justiça brasileira. Consiste na consolidação de uma política permanente de incentivo e aperfeiçoamento de mecanismos que reduzam a excessiva judicialização de conflitos, evite sobrecargas no Sistema de Justiça e permita respostas céleres e eficientes à população, como prevê a Resolução nº 118, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).



7.2. FEVEREIRO

MINICURSO “MNI X SIMP – USO DA INTEROPERABILIDADE ENTRE SIMP E PJE 1º E 2º GRAU” (MODALIDADE ON LINE – PLATAFORMA MOODLE)

A partir de fevereiro de 2020, foi disponibilizado na modalidade online, através da plataforma Moodle, o Minicurso “MNI X SIMP – USO DA INTEROPERABILIDADE ENTRE SIMP E PJE 1º E 2º GRAU”. A capacitação tem o objetivo de treinar os servidores e membros do Ministério Público do Piauí a utilizarem o SIMP para realizar as operações em relação aos processos judiciais do PJE 1º e 2º graus.

CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA CONSELHEIROS TUTELARES, NA MODALIDADE ON LINE, ATRAVÉS DA PLATAFORMA MOODLE, “CONHECER PARA PROTEGER” E RODA DE CONVERSA “CONSELHOS TUTELARES EFICAZES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES”

O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude (CAODIJ) em parceria com o CEAF realizou no dia 10 de fevereiro de 2020, o lançamento do curso “Conhecer para Proteger”, voltado para a capacitação de Conselheiros Tutelares do Piauí, e do Manual de Atuação do Conselho Tutelar.

O conteúdo do curso está disponibilizado na modalidade Educação à Distância (EAD), por meio da plataforma *Moodle* e contém 10 módulos, com videoaulas de 20 minutos, material para estudo e questionários, além de ser gratuito e aberto a todos.

O curso visa aperfeiçoar a atuação dos Conselhos Tutelares junto à sociedade, abordando assuntos como habilidades para o exercício da função de Conselheiro Tutelar, o combate à violência sexual, Políticas Públicas para a infância, aspectos técnicos para elaboração de documentos, entre outros temas.



7.3. MARÇO

MINICURSO “PACOTE ANTICRIME”

No dia 02 de março de 2020, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) em parceria com Centro de Apoio Operacional de Apoio às Promotorias Criminais (CAOCRIM), promoveu um minicurso sobre a Lei Federal 13.964/19, o chamado Pacote Anticrime, aprovado e sancionado em dezembro do ano passado. Para falar sobre o assunto, a instituição recebeu o Promotor de Justiça Antônio Henrique Graciano Suxberger, membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e integrante da Comissão de Segurança Pública, Controle Externo da

Atividade Policial e Sistema Prisional, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).



OFICINA “PLANEJAMENTO PARA ATUAÇÃO NA DEFESA DO CONSUMIDOR”

A Oficina “Planejamento para atuação na defesa do consumidor” ocorreu no dia 05 de março de 2020 e teve o propósito de capacitar membros, servidores e estagiários do Ministério Público do Piauí para planejar, executar e monitorar os objetivos por meio do plano de ação, através do desenvolvimento de competência para planejar etapas a fim de alcançar os objetivos do órgão/setor e monitoramento e avaliação do planejamento realizado com foco na qualidade e eficiência.

7.4. MAIO

WEBINAR "COMBATENDO A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM TEMPO DE PANDEMIA DO COVID- 19"

No dia 14 de maio de 2020, foi realizado Webinar “Combatendo a violência sexual contra crianças e adolescentes em tempos de pandemia da COVID-19”. O evento foi uma iniciativa do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e da

Juventude (CAODIJ), em parceria com o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminais (CAOCRIM) e o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF).



PALESTRA VIRTUAL “AUTOCOMPOSIÇÃO NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO”

A palestra virtual “Autocomposição no âmbito do Ministério Público”, iniciativa do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), ocorreu, através do Microsoft Teams, no dia 21 de maio de 2020 e contou com a participação de membros e servidores da instituição e, como palestrante, a mestre em resolução de conflitos e Mediadora Macela Nunes Leal. O evento foi pensado como forma de contribuir com a capacitação de todos os integrantes do MPPI.

7.5. JUNHO

WEBINAR “A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19”

O webinar com o tema: “A educação brasileira e os impactos da pandemia da covid-19” foi realizado na tarde de 01 de junho de 2020. O webinar foi aberto para toda a sociedade e assistido por integrantes de unidades do MP em todo o Brasil.

O presidente do CNPJ e procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Fabiano Dallazen, participou do evento e reafirmou a importância da Nota Técnica

CNPG/GNDH/COPEPUC nº 08/2020.

A primeira exposição temática foi conduzida pelo professor Salomão Ximenes, que é bacharel em Direito, mestre em Educação Brasileira e doutor em Direito do Estado. Ele fez um panorama sobre os impactos da pandemia na educação brasileira, inclusive trazendo dados sobre a conjuntura anterior no sistema educacional. Em seguida, as exposições enfocaram a Nota Técnica nº 08/2020. Sandra Soares de Pontes (MPMA), Maria Cristina Manella Cordeiro (MPF), Rosângela Corrêa da Rosa (MPRS) e Maria Cristina Rocha Pimentel (MPES), respectivamente coordenadora, vice-coordenadora e integrantes da COPEPUC, abordaram as normas gerais aplicáveis à educação durante a pandemia, o reordenamento do ano letivo nos níveis básico e superior, os critérios para validade do ensino à distância e as orientações para atuação do Ministério Público brasileiro.

A Promotora de Justiça Flávia Cordeiro, coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e da Cidadania (CAODEC/MPPI) mediou o momento de perguntas e respostas. Por meio da plataforma interativa, a plateia pôde apresentar questionamentos e colocações sobre diversos assuntos. Quase 100 pessoas assistiram ao evento.





WEBINAR “REFLEXÕES NO DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE: A RELAÇÃO ENTRE A COVID-19 E O DIREITO AMBIENTAL”

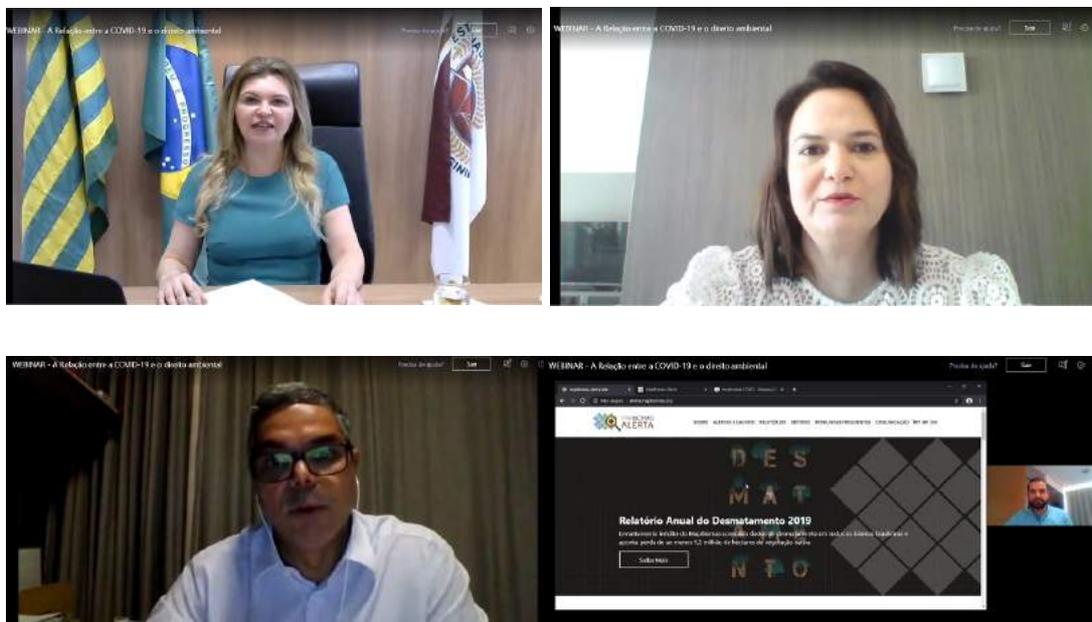
No Dia Mundial do Meio Ambiente, o Ministério Público do Piauí promoveu um seminário online para celebrar a data e reafirmar o seu compromisso de atuar em prol da preservação dos recursos naturais. Com o tema “Reflexões no Dia Mundial do Meio Ambiente: a relação entre a COVID-19 e o direito ambiental”, o evento foi idealizado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente (CAOMA) e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF).

O pronunciamento de abertura foi feito pela procuradora-geral de Justiça do Piauí, Carmelina Moura, que ressaltou a necessidade de que todos os cidadãos reflitam sobre a importância de atuar na defesa e preservação do meio ambiente.

Logo após a fala da PGJ, os participantes assistiram à primeira palestra do seminário online, ministrada pelo promotor de Justiça Vando da Silva Marques. O membro do MP discorreu sobre a relação entre o avanço da COVID-19, o desmatamento e a invasão dos habitats naturais. Ele introduziu a apresentação trazendo um quadro sobre o início da pandemia do novo coronavírus. Prosseguiu com dados de estudos científicos que relacionam a devastação da fauna e da flora com o surgimento de doenças. O promotor de Justiça encerrou a palestra pontuando que a de-

gradação do meio ambiente provoca sérios prejuízos ambientais, sociais e econômicos.

A segunda palestra foi proferida pelo analista ministerial de engenharia florestal Faruk Moraes Aragão, servidor da Coordenadoria de Perícias e Pareceres Técnicos do Ministério Público (CPPT/MPPI). O engenheiro ensinou aos participantes como manusear o sistema MapBiomas Alerta para obter dados sobre o desmatamento no Brasil. Na terceira e última parte do seminário, os palestrantes responderam a perguntas do público sobre os diversos assuntos abordados em suas exposições. O evento foi encerrado com os agradecimentos da procuradora-geral de Justiça.



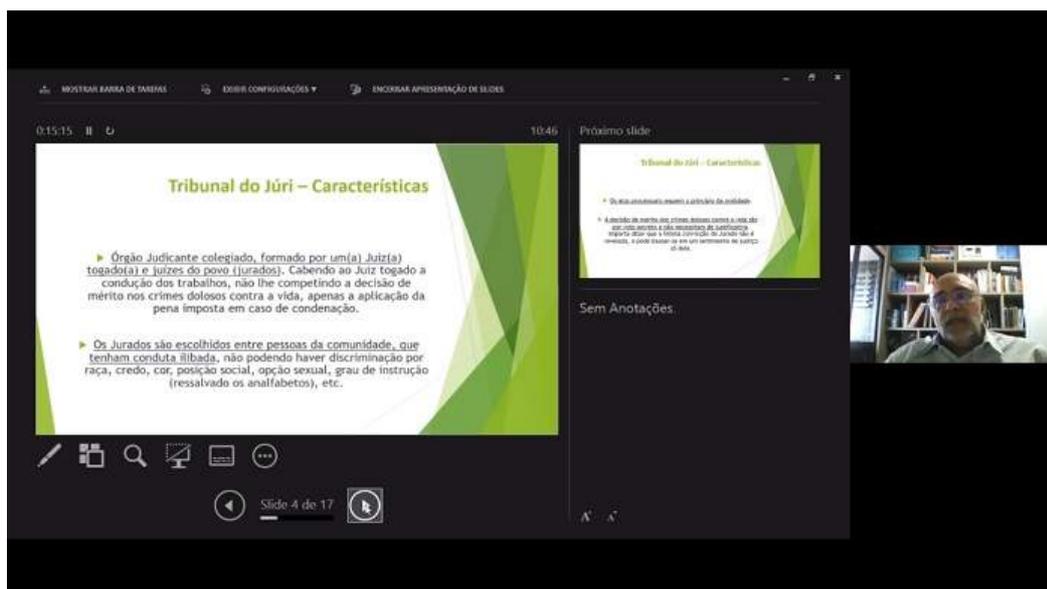
1º WEBINAR CRIMINAL: TRIBUNAL DO JÚRI

O primeiro Webinar com temática criminal do MPPI ocorreu nos dias 08 e 10 de junho de 2020. O assunto dessa edição inaugural foi a atuação ministerial junto ao Tribunal do Júri e o evento virtual foi uma iniciativa do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminais (CAOCRIM/MPPI), em articulação com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), e com a parceria dos Ministérios Públicos dos Estados do Ceará e de São Paulo.

O webinar veio agregar conhecimento sobre a atuação no Tribunal do Júri, que se torna mais desafiadora neste momento de pandemia. As habilidades de comunicação e de argumentação são muito importantes, juntamente com a qualidade das provas, cuja obtenção pode ser mais dificultada no contexto de distanciamento social.

O palestrante Humberto Ibiapina, também Promotor de Justiça do Estado do Ceará, possui vasta experiência junto ao Tribunal do Júri e atualmente está à frente da Coordenação do Núcleo de Investigação Criminal (NUINC) do MPCE.

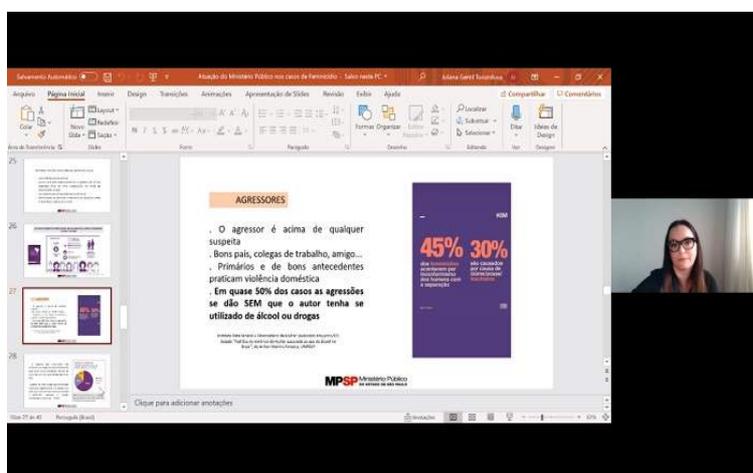
O expositor ressaltou que o MP não é um acusador absoluto, mas um agente que deve buscar pela promoção da justiça, de acordo com os elementos disponíveis. Humberto Ibiapina teceu considerações sobre os fatores que podem influenciar o posicionamento dos jurados, destacou a importância da oratória bem fundamentada e observou que a linguagem utilizada deve ser clara e acessível, porém sempre com atenção à técnica jurídica e foco no processo.



O seminário on-line promovido pelo CAOCRIM E CEAF sobre o Tribunal do Júri teve continuidade no dia 10 de junho de 2020, e abordou o tema “A atuação do

Ministério Público nos casos de feminicídio”. A palestra sobre esse assunto foi ministrada pela Promotora de Justiça Juliana Gentil, do Ministério Público do Estado de São Paulo, que faz parte do MPSP há 21 anos e atualmente é titular da Promotoria de Justiça do III Tribunal do Júri de São Paulo.

A palestrante iniciou sua apresentação abordando os aspectos sociais e culturais que colaboram com a prática de violência contra a mulher, como o machismo, os atos de violência, as desigualdades no mercado de trabalho, a vulnerabilidade que a mulher é submetida, entre outros. Em seguida, mostrou dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública sobre os crimes de feminicídios. Segundo esse levantamento, 88,8% dos casos de feminicídios no Brasil, são praticados pelo companheiro ou ex-companheiro da vítima.



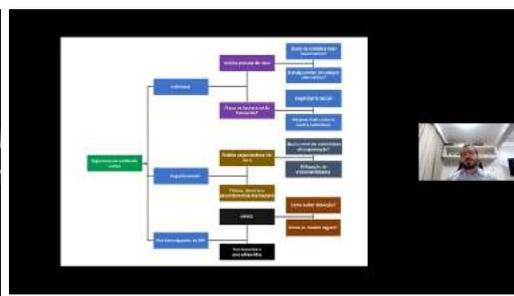
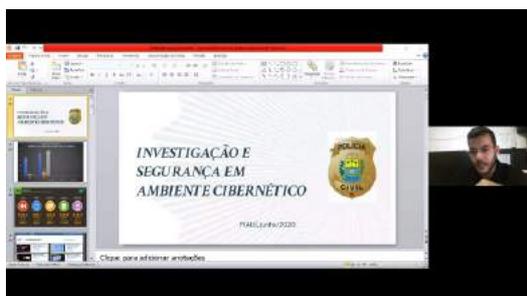
WEBINAR “SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO NO AMBIENTE CIBERNÉTICO”

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e Gabinete de Segurança Institucional (GSI), órgão do Ministério Público do Piauí, realizou no dia 11 de junho de 2020, o seminário on-line Investigação e Segurança no Ambiente Cibernético.

A primeira palestra foi ministrada pelo delegado da Polícia Civil do Piauí Anchieta Nery, titular da Delegacia de Repressão a Crimes de Informática. Ele falou sobre o tema “Os desafios atuais da inteligência e investigação em ambiente cibernético”. O membro da PC/PI iniciou a apresentação mostrando um quadro geral de como são feitas as investigações de crimes praticados na internet. Em seguida, lis-

tou alguns problemas enfrentados pelas autoridades policiais na apuração de delitos na esfera virtual. Anchieta Nery concluiu com três exemplos de investigações solucionadas por meio de dados virtuais dos autores dos crimes.

O consultor de segurança digital Filipe Soares foi o segundo palestrante do webinar. Ele falou sobre o tema “Segurança no ambiente online”. Filipe Soares trabalhou durante 10 anos como oficial da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), e depois fundou a Harpia Tech. A sua exposição abordou três perspectivas: a segurança dos dados individuais, da organização e das investigações do MP.



TREINAMENTO “FERRAMENTAS COLABORATIVAS DO OFFICE 365 TEAMS / SHAREPOINT / PLANNER”

O Treinamento Ferramentas Colaborativas do Office 365 Teams / Sharepoint / Planner foi realizado através da plataforma Microsoft Teams e ocorreu entre os dias 16 de junho e 12 de agosto de 2020. A capacitação foi realizada com o intuito de suprir as novas demandas que surgiram em decorrência do cenário de pandemia instalado pelo vírus Covid-19.

Na capacitação foram tratados os tópicos listados a seguir: funções básicas de uso do Teams, gerenciamento de reuniões e participação de reuniões, como trabalhar em equipe no Teams, funcionalidades do Sharepoint (configuração da pasta compartilhada caso o setor ainda não tenha), integração do Sharepoint e Teams, organização e gerenciamento de atividades no Planner, integração entre Teams, Sharepoint e Planner, visualizar vídeos gravados no Stream e como criar alertas de atividades no TO-DO.

O treinamento foi ministrado pela servidora Anne Galdino, integrante do MPPI lotada na Coordenação de Tecnologia e Informação.

WEBINAR “RACISMO ESTRUTURAL E AS LUTAS ANTIRRACISTAS NO BRASIL”

Com a finalidade de construir saberes acerca do caráter estrutural do racismo, que trabalha pela exclusão dos grupos racializados da maioria das estruturas sociais e políticas dominantes, o Ministério Público do Estadual, por meio Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e da 49ª promotoria de Justiça de Teresina, realizou seminário online com o tema ” Racismo estrutural e as lutas antirracistas no Brasil”.

A primeira expositora do seminário foi a Promotora de Justiça Lívia Sant’anna Vaz, do Ministério Público da Bahia, que é doutoranda em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, além de coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação do MPBA. Em sua palestra, a promotora trouxe aspectos do contexto histórico da escravização e o processo de violência contra as mulheres ao longo dos anos, destacando as dificuldades enfrentadas em todas as estruturas sociais até hoje.

Além disso, a Promotora também falou sobre Racismo Institucional e o Sistema de Justiça, trazendo informações sobre como a legislação brasileira influenciou a criminalização da cultura negra. Ela também falou sobre o combate à hierarquização das pessoas em empresas e instituições de acordo com a raça/cor da pele.

Dando continuidade ao debate, para explanar a trajetória e os conhecimentos produzidos pelos movimentos de resistência e de transformação, a professora Andreia Marreiro, que é doutoranda e Mestra em Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade de Brasília e Fundadora do Instituto Esperança Garcia, falou sobre a negação do racismo em diversas discussões dentro da sociedade, pontuando que a negação perversa não ajuda a enfrentar o problema. Apresentou, ainda, pontos que demonstram que o racismo é capaz de alterar de forma negativa as relações pessoais e institucionais.

Concluindo-se a apresentação das expositoras, foi oportunizado um debate com perguntas feitas pelo público que acompanhava a transmissão online do webi-

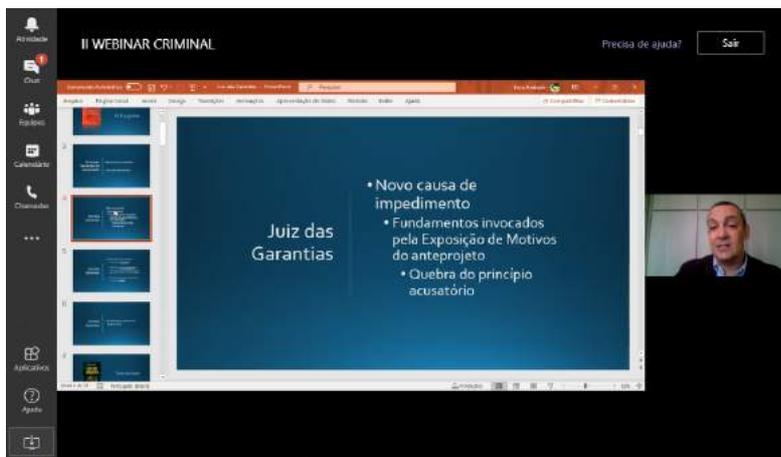
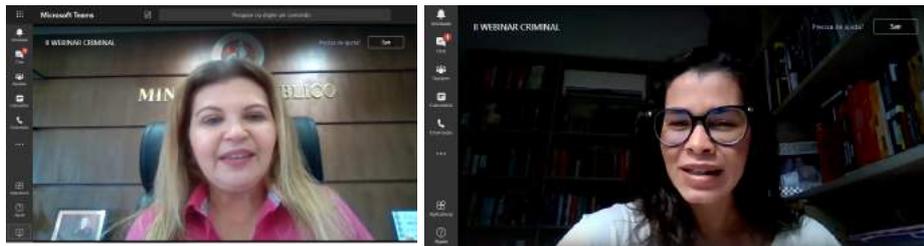
nar. O debate foi mediado por Shaianna Araújo, servidora do MPPI, e foi um momento de importantes esclarecimentos sobre a temática, que se caracteriza como urgente e necessária ao cotidiano.



WEBINAR CRIMINAL: TEMAS ATUAIS (PARTE I)

O Webinar Criminal: Temas Atuais aconteceu em dois momentos, quais foram: 30 de junho e 06 de julho de 2020. O evento foi organizado pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminais (CAOCRIM/MPPI) e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF). Nesta segunda edição, a proposta é de abordagem de temas atuais, que tenham ganhado relevância para o direito penal e processual penal no contexto contemporâneo.

A apresentação do dia 30.06.20 teve como tema a função do juiz das garantias, figura inserida no Código de Processo Penal pela Lei nº 13.964/2019 (o “Pacote Anticrime”). Em janeiro, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu a implementação do instituto. Atualmente, o Conselho Nacional de Justiça está desenvolvendo uma proposta de regulamentação. O Promotor de Justiça Mauro Fonseca Andrade, do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, foi o convidado para discorrer sobre o assunto.



7.6. JULHO

WEBINAR “ATUAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR”

O Ministério Público do Piauí, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Picos em parceria com o Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude (CAODIJ) e com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), realizou, nos dias 01 e 08 de julho de 2020, o seminário on-line Atuação do Conselho Tutelar. O evento contou com a participação de conselheiros tutelares e promotores de Justiça de vários municípios do estado.

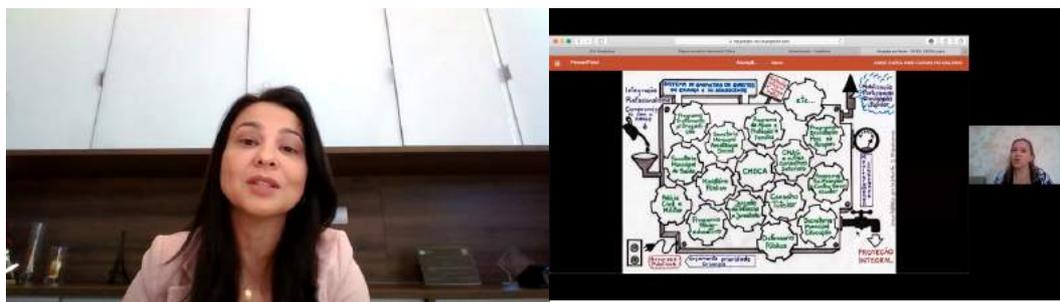
A primeira palestra foi ministrada pela promotora de Justiça Itanieli Rotondo Sá, uma das idealizadoras do seminário. A titular da 2ª PJ de Picos iniciou sua fala abordando a importância do trabalho realizado pelos conselhos tutelares e os princípios norteadores da atuação dos conselheiros. A promotora de Justiça prosseguiu falando sobre a responsabilidade dos municípios em relação à atenção a crianças e adolescentes e a busca por soluções para as dificuldades. Na segunda parte de sua

exposição, a representante do MP do Piauí conversou sobre a atuação da Promotora de Justiça de Picos responsável pela defesa dos direitos de crianças e adolescentes em áreas, como o acolhimento institucional, os casos de adolescentes em conflito com a lei, entre outras.

A segunda palestra foi proferida pela promotora de Justiça Sílvia Reis, coordenadora do CAODIJ. Ela trouxe para discussão no seminário on-line a importância da rede de proteção à criança e ao adolescente está consolidada, ser forte e atuante. Sílvia Reis também ressaltou a importância de que todos os órgãos e instituições unam esforços em prol da proteção do público infantojuvenil.

A mediação entre os participantes e as palestrantes foi feita pelo técnico ministerial Claudeir Alcântara, assessor do CAODIJ.

No dia 08 de julho, foi realizado o segundo dia do webinar. A promotora de Justiça Itanieli Rotondo Sá e a assessora ministerial Monízia Gomes foram as palestrantes.



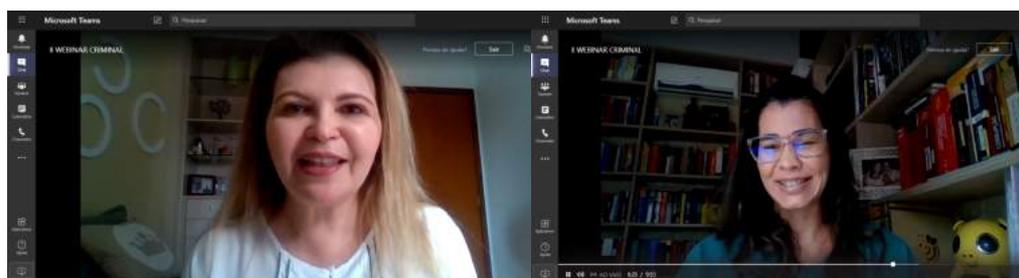
WEBINAR CRIMINAL: TEMAS ATUAIS (PARTE II)

No dia 06 de julho de 2020, deu-se continuidade ao 2º Webinar Criminal, através da abordagem do tema: “Crimes relacionados à pandemia da Covid-19”. A palestra foi proferida pelo promotor de Justiça Cleber Massom, do Ministério Público de São Paulo.

O evento foi iniciado pela procuradora-geral de Justiça, Carmelina Moura, que destacou a importância do tema tratado no evento de hoje. “As relações sociais estão sofrendo profundas mudanças por conta da pandemia e não é diferente no aspecto criminal. Vemos, então, crimes gerados que são recorrentes a esse período, como, por exemplo, os relacionados à saúde pública”, disse.

A coordenadora do CAOCRIM, promotora de Justiça Luana Azerêdo, agradeceu o trabalho realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, na organização e preparação de todo o evento. Em seguida, fez a apresentação do palestrante, Cleber Massom que é doutor e mestre em Direito Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, professor de Direito Penal na Rede de Ensino LFG, na Escola Superior do Ministério Público de São Paulo e na Pós Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Ao iniciar a palestra, Cleber Massom fez uma análise do cenário no Brasil dos crimes praticados no contexto da pandemia. Ele aborda que há uma diferenciação na hora de se analisar a ocorrência de infrações: o primeiro ponto abordado foi sobre crimes praticados por cidadãos/sociedade civil em geral, que seriam crimes de infração de medida sanitária preventiva, de acordo com o artigo 268 do Código Penal. Observando o cenário do Ministério Público de São Paulo, o promotor afirma que não existiam denúncias sobre transgressões desse modelo nos últimos 10 anos.



PAINEL VIRTUAL INTERATIVO “30 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO

ADOLESCENTE: DESAFIOS, AVANÇOS E PERSPECTIVAS” (PARTE I)

O Estatuto da Criança e do Adolescente completou 30 anos no dia 13 de julho e para celebrar a data, o Ministério Público do Piauí promoveu o seminário online com o tema “Os 30 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – desafios, avanços e perspectivas para a proteção integral”. O evento foi idealizado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e da Juventude (CAODIJ) e executado em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF).

A palestra magna foi ministrada pelo procurador de Justiça aposentado do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPRS), Afonso Armando Konzen. O membro do MP gaúcho é, atualmente, professor da Fundação Escola Superior do MPRS (FMP). Konzen iniciou sua exposição traçando uma abordagem histórica e sociológica dos indicadores sociais do Brasil relacionados à infância e juventude dos últimos 30 anos. Em seguida, ele apresentou aos participantes as contribuições do Estatuto da Criança e do Adolescente, como o estabelecimento do sistema de garantias; discorreu sobre o panorama jurídico atual e finalizou delineando os aspectos que considera serem os desafios do Estatuto com foco no trabalho a ser desenvolvido pelo Ministério Público.

Ao término da palestra, o professor Afonso Konzen participou de um momento de mediação no qual respondeu perguntas dos participantes. A promotora Francisca Sílvia fez essa conexão entre os questionamentos e os elogios feitos ao palestrante pelo público do seminário on-line.

O segundo dia do webinar sobre os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente ocorreu no dia 20 e contou com uma mesa redonda da qual participaram a promotora de Justiça Joselisse Carvalho, titular da 46ª Promotoria de Justiça de Teresina; a juíza Maria Luiza Mello, titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude de Teresina; o presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Antônio Mendes; o presidente da Associação de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Piauí, Francisco Leite; e duas representantes do Centro de Juventude Santa Cabrini, Denise Morra e Silmara Guerreiro. O tema discutido foi “As contribuições do Sistema de Garantia de Direitos nos 30 anos de luta pela efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente”.





TREINAMENTO DOS FISCAIS DE CONTRATOS DO MPPI

Observou-se que os fiscais de contratos tinham muitas dificuldades quanto ao processo de fiscalização, em razão da complexidade da matéria, notadamente na execução de pagamentos, renovações, aditivos quantitativos e qualitativos e punições de contratados por descumprimento. Assim, o treinamento, que ocorreu entre os dias 15 de julho e 15 de dezembro de 2020, surgiu com o intuito de capacitar os fiscais de contratos para atuarem na fiscalização das avenças que são firmadas pelo MPPI, visando a contratação de bens e serviços.

A capacitação abordou os seguintes tópicos: 1. Importância da fiscalização dos contratos; 2. Atribuições dos fiscais conforme o ato 462/2013; 3. O novo Ato de fiscalização, em elaboração; 4. como realizar um pagamento (a função dos fiscais nesse processo); 5. o pagamento passo a passo, contratos continuados e não continuados(como instruir o processo de pagamento); 6. Orientações do TCE-PI, acerca das informações após o pagamento, processo de contratações ordinárias com amparo na lei 8.666/93 e os que forem oriundos de compras para combater a pandemia (lei 13.979/2020); 7. O papel dos fiscais e as notas de compras e serviços, retenções de tributos; 8. o processo de sanção por descumprimento contratual (aspectos jurídicos e procedimentais); 9. Aspectos jurídicos dos contratos (aditamentos, qualitativos e quantitativos, o papel do fiscal nesse contexto, vigência e prazo de execução, execução fora do prazo, contrato de escopo, pagamento por indenização, etc.); 10. O planejamento da fiscalização e o uso do teams, planner; 11. Procedimentos para solicitar um pagamento de terceirização de mão de obra; 12. A utilização do sistema SEI; 13. Acompanhamento do saldo do empenho do contrato e a tomada de decisão para nova contratação; 14. A importância da elaboração do Termo de Referência no processo de fiscalização dos contratos. 15. A importância da

IN 73/2020 (pesquisa de preços).

WEBINAR “DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO NA PANDEMIA, À LUZ DA LC 173/20 E DA LEI 13.979/20”

O Ministério Público do Piauí, por meio do Centro de Apoio Operacional de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público (CACOP) em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), promoveu na manhã de 16 de julho de 2020, o seminário on-line “Defesa do Patrimônio Público na Pandemia à Luz da Lei Complementar 173/20 e da Lei 13.979/20”. Para falar sobre o assunto foram convidados dois palestrantes, os promotores de Justiça José Carlos Júnior, coordenador do CAO de Defesa do Patrimônio Público do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), e André Leite, membro do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS).

O promotor José Carlos Júnior foi o primeiro palestrante do seminário. Ele tratou do tema “Aquisição de bens e serviços para enfrentamento à Covid-19, à luz da Lei 13.979/20 e da Lei 8.666/93”. Em sua fala, o coordenador do CAO de Defesa do Patrimônio Público do MP mineiro fez alguns comparativos entre a lei que estabeleceu as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e as leis de licitações e a que rege a realização do pregão eletrônico. Já o promotor André Leite debateu sobre os reflexos de Lei Complementar 173/2020 para a Administração Pública. A referida lei instituiu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19). O membro do MP-RS começou a apresentação traçando um panorama sobre a aprovação da lei complementar. Em seguida, passou a discorrer sobre o texto da legislação. Falou, ainda, sobre a contenção das despesas públicas em razão da queda de arrecadação, o auxílio financeiro da União aos estados e municípios, a restrição de criação de novos auxílios ou vantagens remuneratórias, a fiscalização desses recursos pelos Tribunais de Contas da União (TCU) e dos Estados (TCEs), entre outras questões relativas aos gastos públicos.

Ao final das duas apresentações ocorreu o momento de mediação entre os participantes, que apresentaram questionamentos aos palestrantes. O coordenador do CACOP/MPPI foi o responsável por conduzir essa parte do seminário on-line.



PAINEL VIRTUAL INTERATIVO “30 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: DESAFIOS, AVANÇOS E PERSPECTIVAS” (PARTE II)

No dia 20 de julho de 2020 foi realizado o segundo dia do seminário on-line, promovido pelo Ministério Público do Piauí, para celebrar os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), intitulado “Os 30 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – desafios, avanços e perspectivas para a proteção integral”. O evento foi idealizado pela equipe do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude (CAODIJ) em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF).

A programação do último dia do webinar envolveu uma roda de conversa com a participação de diversos atores sociais que atuam na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Entre eles, estiveram a promotora de Justiça Joselisse Carvalho, titular da 46ª Promotoria de Justiça de Teresina; a juíza da 1ª Vara da Infância e Juventude, Maria Luiza Mello; o presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), Antônio Mendes; a integrante do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Teresina, Denise Morra; e a aluna do Centro Santa Cabrini, Silmara Guerreiro.

Com o tema “As contribuições do Sistema de Garantia de Direitos nos 30 anos de luta pela efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente”,

cada expositor falou um pouco sobre o trabalho que suas instituições e órgãos têm empreendido na proteção do público infanto-juvenil nos últimos anos.

A promotora Joselisse Carvalho mostrou, por exemplo, os fluxos para atendimento de crianças e adolescente vítimas de exploração do trabalho infantil e o de acolhimento institucional. Já a representante do Poder Judiciário declarou em sua fala que busca estar cada vez mais próxima das necessidades de crianças e adolescentes. O presidente do CEDCA enfatizou a importância da destinação de recursos públicos pelo estado para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao segmento. Denise Morra e Samara Guerreiro falaram um pouco do trabalho que o Centro de Juventude Santa Cabrini realiza. A entidade fica localizada no bairro Vila Irmã Dulce na zona Sul de Teresina.

A condução da roda de conversa foi feita pela promotora de Justiça Sílvia Reis, que coordena o COADIJ/MPPI. Ela também mediou o diálogo com os expositores e os participantes do evento, transmitindo aos oradores as dúvidas, os comentários, os elogios e sugestões, registrados no chat da videoconferência.



7.7. AGOSTO

3º WEBINAR CRIMINAL: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O Ministério Público do Piauí realizou no dia 04 de agosto de 2020, o terceiro webinar criminal, que teve por objetivo ampliar as reflexões e os debates acerca dos direitos das mulheres e do combate à violência contra a mulher. O evento, que

foi idealizado pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais (CAOCIM), contou também com o apoio do Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (Nupevid) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF). O seminário on-line foi promovido, também, em alusão ao aniversário de 14 anos da Lei Maria da Penha, sancionada agosto de 2006. A legislação representa um marco na trajetória do enfrentamento à violência contra a mulher.

Para falar sobre o tema foram convidadas para o seminário on-line a promotora de Justiça Silvia Chakian, do Ministério Público do Estado de São Paulo e membro da Comissão Nacional Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar (Copevid), e a advogada, professora universitária e pesquisadora Grasielle Vieira.

A promotora de Justiça Silvia Chakian em sua exposição fez um apanhado histórico sobre o papel da mulher na sociedade. Dentro deste quadro mais geral, ela focou na condição a que a mulher foi submetida, sendo estigmatizada como inferior ao homem e, portanto, não valorizada como sujeito ao longo dos anos. Por conta desta maneira de pensar, a mulher teve seus direitos e sua integridade violados. Silvia Chakian frisou que esse cenário, gradualmente, vem mudando, ao longo dos últimos anos, mas que é preciso continuar trabalhando para que as mulheres sejam respeitadas.

Já a advogada Grasielle Vieira falou sobre sua tese de doutorado na qual propõe o desenvolvimento de uma política pública para a inserção de homens envolvidos em atos de violência contra a mulher em grupos reflexivos. A estratégia é defendida pela pesquisadora tem objetivo de fazer com que os autores de violência contra a mulher repensem suas atitudes e compreendam a necessidade de mudar sua conduta. A professora universitária explicou que o uso de grupos reflexivos atuaria como um complemento à responsabilização da violência. A intenção do grupo é fomentar nesses homens uma mudança na forma como entendem a relação com a mulher.

Terminada as duas palestras, a promotora de Justiça Amparo Paz, coordenadora do Nupevid, conduziu o momento de mediação entre as perguntas dos participantes às palestrantes. Antes, a titular da 10ª Promotoria de Justiça de Teresina falou um pouco do seu trabalho na prevenção e no enfrentamento à violência contra a mulher. Uma das iniciativas empreendidas pela promotora é o

Programa Reeducação voltado a homens envolvidos em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, por determinação judicial. Em cada edição, são desenvolvidos nove módulos, nos quais são realizados encontros mensais para discutir diversos temas, como controle emocional, relação entre drogas e violência, saúde do homem e a Lei Maria da Penha.



WEBINAR “A POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE NO CENÁRIO DE PANDEMIA”

“A Política Pública de Saúde no Cenário da Pandemia” foi o tema do seminário online promovido pelo Ministério Público do Piauí no dia 10 de agosto de 2020. O webinar foi articulado, no âmbito do MPPI, pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAODS) e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), em parceria com a Comissão Permanente de Defesa da Saúde – COPEFS do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH. O GNDH é atualmente presidido pela procuradora-geral de Justiça do Piauí, Carmelina Moura. O evento aconteceu por videoconferência.

Além dos integrantes do MPPI, o seminário foi prestigiado por profissionais de saúde, autoridades dos órgãos e instituições que compõem a Rede de Controle da Gestão Pública do Piauí, o Comitê de Saúde do Piauí e membros de outros Ministérios Públicos Estaduais. Quase 100 participantes de diversos estados do Brasil prestigiaram o seminário.

O objetivo do webinar foi qualificar e aperfeiçoar a atuação do MPPI e de promover o intercâmbio de informações entre as diversas instituições, possibilitando a discussão e o entendimento sobre temas relevantes da saúde pública.



DIA DO ESTAGIÁRIO E PALESTRA "RECOMEÇAR EM TEMPOS DE INCERTEZAS"

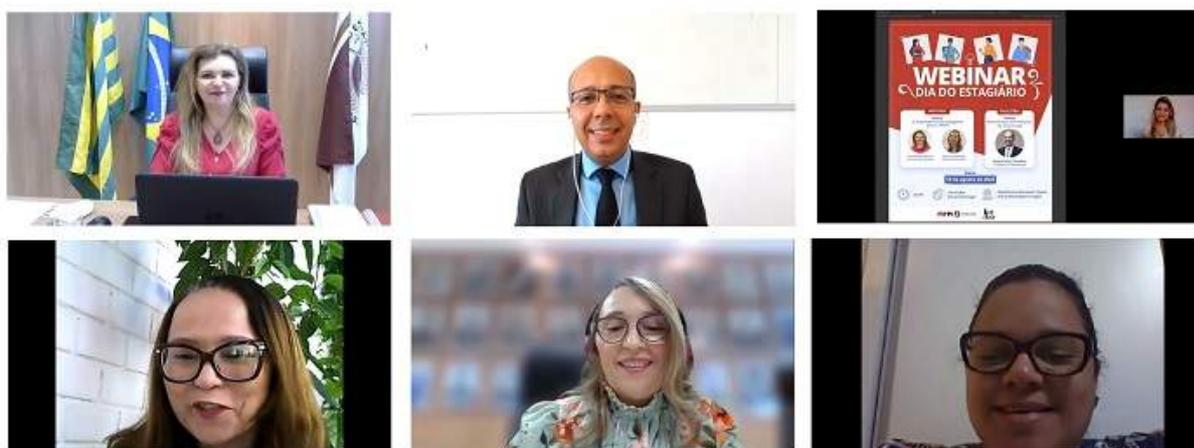
O Ministério Público do Piauí realizou no dia 18 de agosto de 2020 um seminário online em alusão ao Dia do Estagiário. O evento foi articulado pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH/MPPI) em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, o CEAF. O propósito da iniciativa do webinar foi homenagear e agradecer a contribuição de cada estagiário para a construção, o desenvolvimento e o progresso do MP do Piauí.

O Dia do Estagiário, celebrado em 18 de agosto, foi estabelecido em 1982, com a publicação do Decreto nº 87.497. O documento regulamentou a lei existente sobre estágio, além de estabelecer regras e limites para a atividade.

Lotados em Procuradorias de Justiça, Promotorias de Justiça e em diversos setores técnicos do MPPI, os estagiários são uma parte muito importante do trabalho do órgão ministerial em prol da sociedade, dos direitos coletivos e da cidadania. Comemorar esse dia e exaltar a relevância desses colaboradores aprendizes é, também, uma forma de demonstrar o compromisso com essa etapa que é fundamental para a formação dos futuros profissionais.

O advogado, mediador e professor universitário Alessandro Mendes foi convidado para ministrar palestra no seminário online. Durante a sua exposição, o palestrante abordou o tema “Recomeçar em tempos de incertezas”. Ele falou sobre a importância de encarar os momentos de incerteza da vida como oportunidades para inovar e criar soluções para as dificuldades e conflitos.

O webinar foi finalizado com uma palavra de agradecimento da coordenadora de Recursos Humanos e da coordenadora pedagógica do CEAF, Viviane Rios.



WEBINAR “JUSTIÇA RESTAURATIVA NO MINISTÉRIO PÚBLICO”

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) realizou no dia 21 de agosto de 2020 o seminário virtual “Justiça Restaurativa no Ministério Público”, o evento foi promovido para ampliar a formação técnica e humana dos membros e integrantes da instituição ministerial piauiense sobre o assunto.

O conhecimento sobre as práticas de Justiça Restaurativa é essencial para a efetividade da implantação da Nova Política de Justiça Restaurativa e Tratamento

Adequado de Conflitos, instituída pelo Ato PGJ nº 1021/2020, que também criou o Núcleo de Práticas Autocompositivas e Restaurativas – NUPAR do MPPI.

Para falar sobre o tema do seminário, foram convidados dois palestrantes: o promotor de Justiça Elkio Uehara, integrante do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NINA, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; e a mediadora judicial Maria Lila Carvalho, instrutora em Mediação Judicial e membro do Núcleo de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Piauí.

O webinar foi aberto oficialmente com a mensagem de boas vindas e acolhida da procuradora-geral de Justiça do Piauí, Carmelina Moura. A chefe do Ministério Público falou sobre o trabalho em desenvolvimento para a implantação das práticas de Justiça Restaurativa no Ministério Público do Piauí. “Nosso objetivo com a Justiça Restaurativa é trazer mais resolutividade às demandas dos cidadãos. Por isso, instituímos nossa Política e o NUPAR. Com esse seminário, iniciamos a capacitação de servidores e membros para que compreendam e apreendam o que é essa modalidade de atuar. Tudo isso com o único propósito de bem servir ao nosso povo”, enunciou a PGJ.

Já a procuradora de Justiça Teresinha Marques, diretora-geral do CEAF, ressaltou o avanço que a Justiça Restaurativa traz para os órgãos e instituições que atuam junto ao sistema de Justiça. “É uma proposta nova e que nos apresenta um horizonte diferente do que já trilhamos até aqui. Precisamos buscar novas formas de construir soluções para os conflitos que chegam até nós. Assim, a Justiça Restaurativa é uma oportunidade bastante promissora”, expôs.

Após os pronunciamentos, os participantes acompanharam a primeira palestra do evento, ministrada pelo promotor de Justiça Elkio Uehara. Ele introduziu a sua explanação pontuando as diferentes perspectivas e instrumentos que podem ser usados no campo da Justiça Restaurativa. O palestrante discorreu, ainda, sobre a Resolução nº 118/2014 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), e a importância desse marco regulatório no incentivo aos ramos do Ministério Público Brasileiro a criarem seus Núcleos de Justiça Restaurativa. Uehara concluiu sua exposição falando sobre cultura de paz e visão sistêmica.

A segunda palestra da programação foi proferida pela mediadora judicial Maria Lila Carvalho. A instrutora em Mediação Judicial frisou a importância de com-

preender os conflitos como resultados de contextos nos quais vários fatores contribuem para o acontecimento de determinada situação. Maria Lila enfatizou que a Justiça Restaurativa traz essa concepção de olhar os conflitos de modo holístico e com profundidade.

Encerrada as apresentações, o público do seminário participou do momento de mediação com os palestrantes, conduzido pela coordenadora pedagógica do CEAF, Viviane Rios, que também é mediadora judicial.



7.8. SETEMBRO

WEBINAR “A IMPORTÂNCIA DAS OUVIDORIAS EM TEMPOS DE TRANSFORMAÇÃO”

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) realizou, no dia 01 de setembro do corrente ano, o webinar “A importância das ouvidorias em tempos de transformação”. Iniciativa da Ouvidoria do MPPI em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), o encontro teve como um de seus objetivos: promover diálogo entre membros e servidores do MPPI, bem como com a sociedade, a respeito da relevância de uma ouvidoria em contextos de crises sociais.

O momento também foi planejado para destacar o valor das mudanças de modelos de trabalho nas ouvidorias e demonstrar boas práticas em ouvidorias que podem contribuir para o papel desse órgão no cumprimento dos objetivos estratégicos de cada Ministério Público.

A ouvidora geral do MPPI, Raquel Normando da Costa Pinto, mediu o evento que contou a participação do Ouvidor Nacional do Ministério Público e Con-

selheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto, e do Presidente do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público, Erickson Girley Barros dos Santos.

Durante o webinar, o ouvidor Nacional do Ministério Público e Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto, apresentou as ações promovidas pela Ouvidoria Nacional para evidenciar como os avanços das ações das ouvidorias ministeriais colaboram para que o cidadão seja impulsionado para a busca de direitos e deveres.



WEBINAR “QUEIMADAS: PREVENÇÃO E COMBATE”

Com o intuito de prevenir e combater queimadas e incêndios florestais no Estado do Piauí, o Ministério Público do Piauí (MPPI) transmitiu no dia 03 de setembro de 2020, por meio da plataforma digital Teams, o webinar “Queimadas: Prevenção e Combate”. A atividade foi idealizada pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente (CAOMA), e realizada com o apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) – órgãos da instituição ministerial.

O evento on-line reuniu profissionais das áreas de educação, saúde, segurança pública, agricultores, produtores rurais e outros públicos.

Realizado como ação do Plano Geral de Atuação da instituição ministerial para o biênio 2020/2021, por meio do projeto intitulado “MPPI Sempre Presente na

Prevenção e Combate às Queimadas e Incêndios Florestais”, a conferência foi mediada pela promotora de Justiça e coordenadora do Caoma, Ednolia Evangelista.

No encerramento do evento, foi exibido vídeo produzido pelo projeto “Corta Fogo” – uma parceria do MPPI com o Corpo de Bombeiros, Batalhão de Policiamento Ambiental, Prefeitura, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semar) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que pretende conscientizar a população sobre os incêndios que ocorrem no Piauí, através da prevenção e do combate e os palestrantes responderam aos diversos questionamentos enviados pelo bate-papo do webinar.



WEBINAR “MPPI SEMPRE PRESENTE NA DEFESA DO CONSUMIDOR: 30 ANOS DO CDC”

O Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, mais conhecido pela abreviação CDC, completou 30 anos no dia 11 de setembro do corrente ano. Promulgada em 1990, a Lei Federal nº 8.078 introduziu no ordenamento jurídico do país um conjunto de normas legais voltadas, especificamente, para orientar as relações entre empresas, prestadores de serviços e clientes, assim como para a defesa dos direitos do consumidor. E, com o objetivo de celebrar essa trajetória em prol dos consumidores, o Ministério Público do Piauí promoveu o seminário virtual “MPPI Sempre Presente na defesa do consumidor – 30 Anos de CDC”. O webinar foi articulado pelo Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/MPPI, em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF.

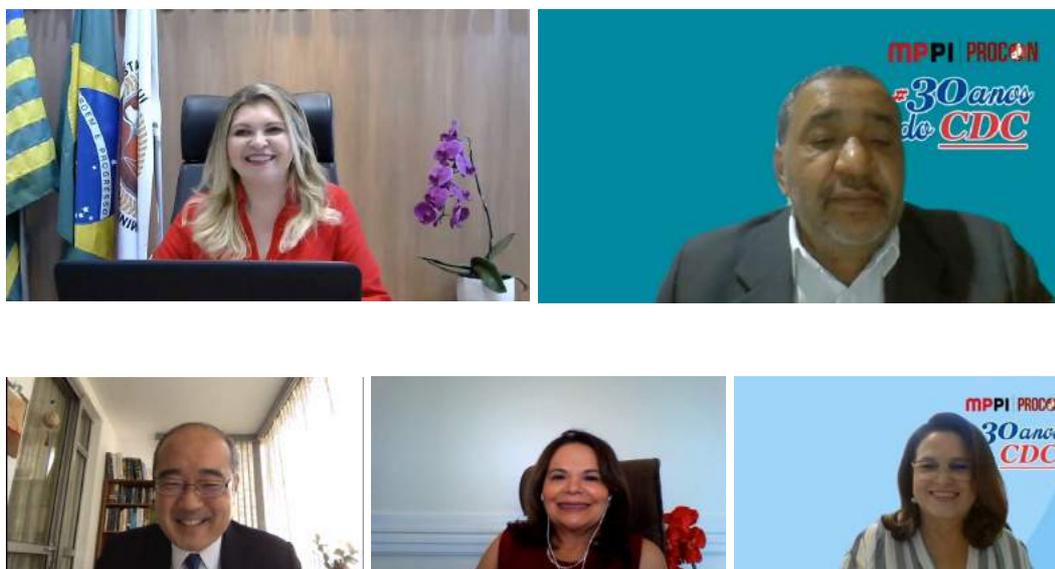
A Procuradora-geral de Justiça do Piauí, Carmelina Moura, abriu oficialmente o evento, que terá três dias de duração. Em seu pronunciamento, a chefe do MP do Piauí frisou o trabalho realizado por órgãos de defesa do consumidor, como os Procons e as Promotorias de Justiça que atuam na área. Ela destacou, também, as estratégias adotadas pela instituição ministerial piauiense durante a pandemia do novo coronavírus. Um delas foi a criação de Grupos Regionais de Promotorias de Justiça Integradas divididos em cinco eixos temáticos, um dos quais trata das relações de consumo neste período.

Para falar sobre os 30 anos do CDC, a Covid-19 e seus efeitos nas relações de consumo, foi convidado o advogado e professor universitário Ricardo Morishita Wada. Ele já foi diretor do Departamento Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor e coordenador de pesquisas de direito do consumidor vinculadas ao Centro de Justiça e Sociedade da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas. Atualmente é Diretor de Projetos e Pesquisas no Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP. Em sua apresentação, o docente falou sobre o processo de consolidação do CDC e a criação de mecanismos para assegurar os direitos dos consumidores. Debateu, ainda, sobre algumas soluções construídas para conflitos entre empresas e consumidores, e finalizou salientando a necessidade de se fomentar ferramentas que fortaleçam o trabalho de conciliação e a mediação.

A segunda palestra foi ministrada pelo promotor de Justiça Nivaldo Ribeiro, coordenador do PROCON, e pela juíza Lucicleide Pereira Belo, coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) e presidente da Terceira Turma Recursal Cível, Criminal e de Direito Público do Piauí. O membro do MPPI fez uma breve exposição das ações executadas pelo

PROCON durante a pandemia da Covid-19, como as fiscalizações, as capacitações de servidores, os acordos celebrados e as audiências virtuais, instituídas a partir do Ato Conjunto PGJ/PROCON nº 01/2020, entre outras iniciativas. Já a representante do Poder Judiciário explicou como foi planejada e executada a adoção das audiências virtuais, como estratégia de trabalho na área de direito do consumidor.

Terminadas as apresentações, a promotora de Justiça Gladys Gomes, titular da 31ª Promotoria de Justiça de Teresina, que atua na defesa dos direitos do consumidor, mediou a interação entre os participantes do seminário e os palestrantes.



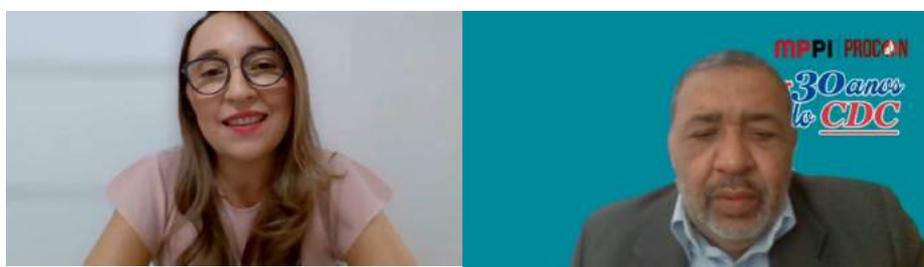
No dia 15 de setembro, deu-se continuidade ao webinar alusivo aos 30 anos do Código do Consumidor, com o tema: “MPPI Sempre Presente na defesa do consumidor – 30 Anos de CDC”. O webinar foi articulado pelo Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/MPPI, em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF. Nesse segundo dia, a palestra principal foi proferida pelo promotor de Justiça Fernando Rodrigues Martins, membro do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e coordenador regional de defesa do consumidor.

Ao iniciar a palestra, Fernando Rodrigues frisou aspectos do contexto histórico do direito e falou sobre conflitos gerais que sempre existiram. Segundo ele, o contexto de pandemia criou novos conflitos sociais, políticos e econômicos. O promotor destacou, ainda, que se modificaram as relações jurídicas entre proprietários, empreendedores e consumidores. Considerando as variáveis, deve-se buscar a harmo-

nização das relações de consumo, com o objetivo de se garantir os direitos fundamentais.

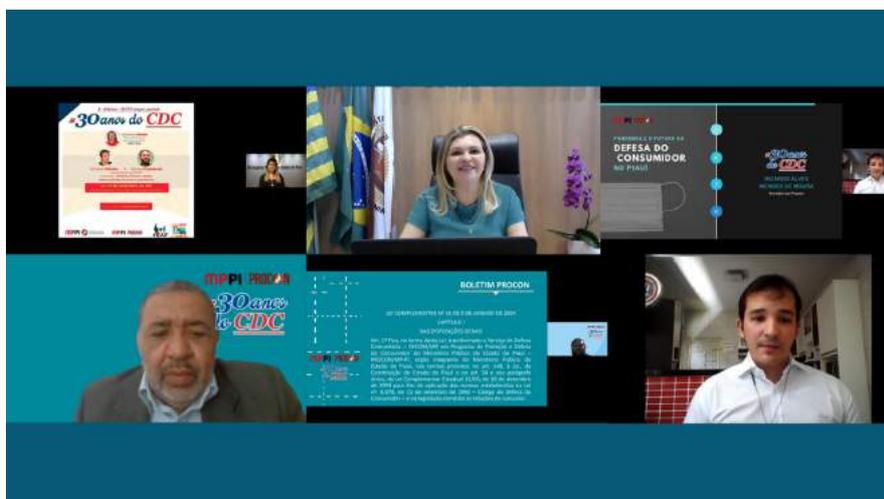
Durante a exposição, o promotor falou sobre as leis que amparam o consumidor, agente que, por se encontrar naturalmente em situação de vulnerabilidade na relação de consumo, tem que ser assistido amplamente pelo Estado.

Terminadas as apresentações, a titular da 2ª Promotoria de Justiça de Corrente, Gilvânia Alves Viana, mediou a interação entre os participantes do seminário e o palestrante, e destacou a importância do direito do consumidor frente ao cenário de pandemia.



No dia 17 de setembro de 2020, realizou-se a terceira e última etapa do webinar alusivo aos 30 anos do Código do Consumidor, com o tema: “MPPI Sempre Presente na defesa do consumidor: 30 Anos de CDC”.

Os servidores Ricardo Alves Mendes de Moura e Edivar Cruz Carvalho falaram sobre as ações desenvolvidas durante a pandemia e apresentaram o boletim informativo do PROCON.



TREINAMENTO “NOVAS SISTEMÁTICAS DE AUDIÊNCIAS NO MINISTÉRIO PÚBLICO”

A necessidade de distanciamento entre as pessoas em virtude das medidas adotadas para impedir a transmissão do novo Coronavírus impôs novas rotinas dentro do Ministério Público do Piauí. Entre outras adaptações, as audiências ministeriais ganharam uma nova sistemática, passando a ser realizadas com o auxílio de algumas ferramentas tecnológicas e a utilização de outros ambientes físicos. Para possibilitar o manejo das audiências nos termos dessas mudanças, foi relevante o treinamento de integrantes do MPPI que as realizam audiências, maximizando a eficiência e a resolutividade dessa atividade ministerial.

O treinamento “Novas Sistemáticas de Audiências no Ministério Público” foi ministrada através da plataforma Microsoft Teams, no dia 14 de setembro de 2020, pelo servidor do MPPI lotado na Coordenação de Tecnologia e Informação, João Carlos Barbosa. A capacitação foi destinada a membros, servidores e estagiários do órgão que realizem ou auxiliem na realização de audiências.

WEBINAR “OS DESAFIOS DA GARANTIA DE DIREITOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA PANDEMIA DA COVID-19

Em comemoração ao Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Deficiência, o Ministério Público do Estado do Piauí, foi realizado no dia de setembro o webinar “Os Desafios da Garantia de Direitos à Pessoa com Deficiência na pandemia da COVID-19”. O evento organizado pelo Centro de Apoio Operacional de

Defesa da Educação e Cidadania (CAODEC), com apoio da 28ª promotoria de Justiça de Teresina – especializada na defesa dos direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso – e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), contou com tradução para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e foi transmitido por meio do canal do MPPI no YouTube.

Com o intuito de conscientizar e esclarecer os membros e demais colaboradores do MPPI, bem como, a sociedade em geral, acerca dos direitos assegurados à pessoa com deficiência, sobretudo em tempos de pandemia, o encontro virtual teve a participação das palestrantes: Maria Aparecida Gugel, subprocuradora-geral do Trabalho e presidente da Associação Nacional de Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência(AMPID) e Izabel Maior, médica e palestrante na área dos direitos humanos, inclusão e cidadania.

Maria Aparecida Gugel, subprocuradora-geral do Trabalho e presidente da Associação Nacional de Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência(AMPID), explanou durante a apresentação virtual como a pandemia tem potencializado as diferenças. A presidente da AMPID deu orientações sobre como agir diante de situações de desrespeito aos direitos das pessoas com deficiência. “Em todos os lugares há previsão de acessibilidade. Quando esses direitos não são respeitados, devemos amplificar o debate nas mídias sociais, denunciar. Conscientização é obrigação do Estado, mas também do cidadão. Se nós começamos a reclamar, mudamos essa cultura”, disse.

A palestrante mostrou durante sua apresentação conceitos de acessibilidade, regra geral do desenho industrial e os desafios postos na garantia de direitos.

A Titular da 28ª Promotoria de Justiça de Teresina – especializada na defesa dos direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso, a Promotora de Justiça Marlúcia Evaristo mediu o debate e interatividade com o público que acompanhava a transmissão virtual da conferência.

Izabel Maior, a primeira pessoa com deficiência a comandar a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, liderança há mais de trinta anos do Movimento das Pessoas com Deficiência, médica e palestrante na área dos direitos humanos, inclusão e cidadania, compartilhou um pouco da experiência adquirida nessa trajetória ao realizar um histórico sobre a data comemorada.

A médica alertou que as equipes de saúdes brasileiras terão dificuldades para atender pessoas com deficiência no contexto da pandemia, chamou atenção também para os direitos da pessoa com deficiência nas eleições 2020 e propôs ainda alternativas para que a tecnologia seja mais acessível.



WEBINAR “MPPI SEMPRE PRESENTE NA REGULARIZAÇÃO DOS FUNDOS PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA”

O Ministério Público do Piauí, por meio do seu Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude (CAODIJ), em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), realizou em 25 de setembro, o seminário virtual “MPPI Sempre Presente na Regularização dos Fundos Municipais da Infância e Adolescência – FIAs”. Além de integrantes do MPPI, assistiram ao evento conselheiros tutelares, conselheiros de Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente de vários municípios do Piauí e representantes da Receita Federal do Brasil, do Poder Judiciário, da Associação Piauiense de Municípios e outras instituições.

Os Fundos têm como objetivo financiar projetos voltados à garantia da promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Os recursos são aplicados exclusivamente nesta área com monitoramento do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Os FIAs têm previsão legal no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, como uma das diretrizes da política de atendimento à criança e adolescente, sendo vinculados aos Conselhos Municipais dos Direitos da

Criança e do Adolescente, que deliberam sobre a aplicação dos eventuais recursos existentes.

O Ministério Público do Piauí, por meio do CAODIJ, desenvolve o projeto MPPI Sempre Presente na Regularização dos Fundos da Infância, que integra o Plano Geral de Atuação Finalística da instituição. A iniciativa visa estimular os gestores municipais piauienses a criar e regulamentar os fundos da infância e adolescência em suas cidades.

Para falar sobre a criação e administração do FIA, foram convidados o juiz Marcus Vinícius Pereira Júnior, magistrado do Rio Grande do Norte, e o auditor da Receita Federal do Brasil Eudimar Ferreira.

Marcus Vinícius Pereira ministrou a primeira palestra, abordando o tema “Os Fundos da Infância e Adolescência e as políticas públicas para crianças e adolescentes

A segunda palestra do webinar foi ministrada pelo auditor da Receita Federal Eudimar Ferreira, delegada da RFB no Piauí. O auditor falou aos participantes sobre as “Potencialidades de Arrecadação de Recursos para o FIA por meio do imposto de renda no Estado do Piauí”..

Ao término das palestras, a promotora Silvia Reis mediu o momento de interação entre os participantes, o juiz Marcos Vinícius e o auditor Eudimar Ferreira, com o público.



WEBINAR “MPPI SEMPRE PRESENTE NA DEFESA DA SEGURANÇA PÚBLICA”

O Ministério Público do Piauí promoveu, no dia 30 de setembro, o seminário on-line “MPPI Sempre Presente na Defesa da Segurança Pública”. O evento foi articulado pelo Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (GACEP) em parceria com o Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais (CAOCRIM) e com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF). A videoconferência contou com a participação de membros, servidores e estagiários do órgão ministerial, além de representantes do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI).

A realização do seminário corresponde à execução da etapa 03 do projeto “MPPI Sempre Presente na Defesa da Segurança Pública”, coordenado pelo GACEP e integra o Plano Geral de Atuação do Ministério Público do Estado do Piauí, para o biênio 2020-2021. O webinar foi feito para promover a capacitação dos membros do MPPI sobre a realização das visitas técnicas às unidades de polícia civil, visando dar mais efetividade às inspeções, com a coleta, o tratamento e a leitura adequados de dados para que estes sejam usados no fomento de políticas públicas na área de segurança pública.



7.9. OUTUBRO

WEBINAR “DADOS DE PLATAFORMAS DIGITAIS NAS INVESTIGAÇÕES”

O Ministério Público do Piauí realizou no dia 14 de outubro, por meio da plataforma digital Teams, o webinar: “Dados de Plataformas Digitais nas investigações”. O evento foi idealizado por meio de seu Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO). A programação temática deste webinar teve a finalida-

de de promover a capacitação dos membros e servidores de inteligência, investigação do GAECO dos Ministérios Públicos dos Estados do Piauí e Maranhão, bem como os integrantes da Polícia Federal e Polícia Civil.

O webinar foi dividido em duas partes. Na primeira palestra, estiveram dois palestrantes convidados: Dario Campregher Neto, gerente de relacionamento com autoridades em Investigações criminais e Vanessa Macieri Pestana, gerente de relacionamento com autoridades para américa latina no Facebook.



WEBINAR “LUGAR DE CRIANÇA É EM FAMÍLIA: CONHECENDO EXPERIÊNCIAS DIFERENTES DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA GARANTIA DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES”

“Lugar de Criança é em Família: Conhecendo experiências diferentes do acolhimento institucional na garantia do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes”, esse foi o tema do segundo seminário on-line promovido pelo Ministério Público do Piauí, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude (CAODIJ) em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF). O evento foi transmitido pelo canal oficial do Ministério Público no YouTube e contou com a ampla participação de integrantes da instituição e conselheiros tutelares de vários municípios do Piauí.

O tema do webinar teve a finalidade de propiciar discussões acerca da garantia do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes no estado do Piauí, apresentando o serviço de acolhimento familiar como opção mais benéfica para criança e adolescente e menos custosa para o ente federativo.

O evento começou oficialmente com o pronunciamento da Procuradora-geral de Justiça do Piauí, Carmelina Moura. A chefe do Ministério Público parabenizou toda equipe do CAODIJ e CEAF pela iniciativa de promover um seminário sobre o acolhimento de crianças e adolescentes.

Para falar sobre os cuidados alternativos ao acolhimento institucional foi convidado o antropólogo, consultor internacional e representante da Associação de Apoio à Criança em Risco, a ACER, em Diadema (São Paulo), Jonathan Luke Hannay. Em seguida, foi a vez do psicólogo João Valério Alves Neto, coordenador da Política Municipal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Município de Felipe Guerra, no Rio Grande do Norte, falar sobre as experiências em acolhimento familiar intituladas Família Guardiã e Família Acolhedora.

O segundo painel do webinar teve como palestrantes a assistente social, fundadora, coordenadora do CRIA e mãe por adoção, Francimélia Nogueira. Ela tratou do seguinte tema “Conhecendo experiências de Família Acolhedora no Estado do Piauí: Centro de Reintegração Familiar e Incentivo à Adoção – CRIA”. Finalizada a exposição de Francimélia Nogueira, os participantes do seminário acompanharam a palestra da coordenadora do Programa Família Acolhedora – Partilhando Cuidados, do município de Teresina, Michelly Lorena de Mello.

O último painel foi executado pela assistente social e gerente de regionalização dos serviços de média e alta complexidade da Secretaria de Assistência Social do Estado do Piauí – SASC, Luciana Evangelista Fernandes Franco. A gestora apresentou o Plano de Regionalização dos Serviços de Média e Alta Complexidade do Estado do Piauí e o Serviço de Família Acolhedora.

Terminada as apresentações, o público do evento participou de um momento de mediação, conduzido pela coordenadora do CAODIJ, no qual puderam encaminhar perguntas aos palestrantes do evento.



WEBINAR “MPPI SEMPRE PRESENTE NO ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR - CAPACITAÇÃO PROJETO PRO MULHER”

O Ministério Público do Estado do Piauí, por meio de seu Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (NUPEVID), em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), realizou no dia 29 de outubro do corrente ano, uma capacitação sobre o Sistema PRO Mulher (Protocolo Único de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar). A iniciativa faz parte do projeto MPPI Sempre Presente no Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, que integra o Plano Geral de Atuação Finalística do Ministério Público para o biênio 2020/2021.

A capacitação foi ministrada para integrantes do MP do Piauí e profissionais da rede de proteção à mulher. O objetivo foi preparar os atores que vão manusear o sistema para a inserção dos cadastros das mulheres vítimas de violência. O PRO MULHER foi desenvolvido em parceria entre o NUPEVID e a Coordenadoria de Tecnologia da Informação do MPPI e visa articular e integrar os serviços e o atendimento às mulheres em situação de violência, de forma a evitar a revitimização dessas e, acima de tudo, oferecer o atendimento humanizado e integral, por via da união necessária de esforços para enfrentar as várias formas de violência.



7.10. NOVEMBRO

WORKSHOP “MEDIA TRAINING MPPI 2020”

O Workshop, que ocorreu nos dias 30 de novembro e 01 de dezembro de 2020, foi realizado com o objetivo de capacitar os Promotores de Justiça para o relacionamento com a imprensa e a concessão de entrevistas.

O treinamento foi ministrado pelo renomado Fábio Gusmão, cujo currículo consta consultor em estratégias digitais na Fábio Gusmão Comunicação, ministra treinamentos em comunicação, comunicação digital, redes sociais, inovação e media training. Jornalista há 23 anos, é responsável pelas editorias Radar, e Núcleo de Jornalismo de Dados e Checagem dos jornais O Globo e Extra, da Infoglobo/Editora Globo, onde já foi repórter, editor-assistente e editor de geral. Formado em comunicação social/jornalismo pela Universidade Gama Filho, possui MBA Executivo da Coppead/UFRJ. Vencedor de vários prêmios de jornalismo, entre eles o Prêmio Esso de Reportagem, Prêmio Embratel, XXII Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, Tim Lopes de Jornalismo Investigativo e menção honrosa no XXVII Prêmio Vladimir Herzog.

7.11. DEZEMBRO

WEBINAR ARMA DE FOGO DE USO PESSOAL: LEGISLAÇÃO, REGISTRO E PORTE

A conjuntura atual exige dos integrantes das organizações, ocupantes de posições estratégicas, especialmente os que lidam na persecução e fiscalização da lei, no combate ao crime organizado e outros crimes, a capacitação na área de segurança pessoal, com o intuito de evitar exposição desnecessária, no âmbito privado e no desempenho da função.

Baseado nestas premissas, o Gabinete de Segurança Institucional do Ministério Público do Estado do Piauí, em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, propôs o webinar “Arma de fogo de uso pessoal:

legislação, registro e porte” para integrantes do MPPI para fins de aumentar a efetividade na sua atividade profissional, promover a sua segurança pessoal, produzir no indivíduo a mentalidade adequada para o combate e liberar o potencial dos membros para a sua melhor performance e desempenho.

A capacitação ocorreu no dia 02 de dezembro de 2020, no turno da manhã, por meio virtual, através da plataforma Microsoft Teams. Participaram como ministrantes do evento, o Capitão da reserva remunerada da Polícia Militar do Estado de Goiás Walmir Alves Diniz e o instrutor de armamento e tiro Thiago Marques Oliveira. Durante o webinar foi abordado o seguinte conteúdo programático: segurança e defesa pessoal, comportamento e cultura de segurança no porte e posse de arma; registro/compra de arma de fogo nacional e importada, uso de arma de fogo durante viagem de avião, renovação do registro-CPAMP e possibilidade de compra de arma de fogo pela associação do MPPI.

8. CURSOS EM EAD 2020- PLATAFORMA MOODLE



Conhecer para Proteger



MNI x SIMP – Uso da Interoperabilidade entre SIMP e PJE 1º e 2º Grau



Processo Judicial Eletrônico no âmbito da Justiça Eleitoral

9. CURSOS POR VIA DE CONTRATAÇÃO

9.1. CURSO GESTÃO E LIDERANÇA - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM (SENAC)

Começamos o ano de 2020 com o curso sobre “Liderança e Gestão”, realizado no CEAF, as atividades do curso foram realizadas nos dias 17 e 24 de janeiro e 07 de fevereiro do ano de 2020 e foram conduzidas pela psicóloga e instrutora do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Larissa Milhomem.

Os objetivos dessa capacitação foi a formação, o aperfeiçoamento em liderança, o aprimoramento da eficiência administrativa, a otimização da força do trabalho, a ampliação de conhecimentos, habilidades e atitudes de membros e servidores, bem como fornecer ferramentas que permitam o desenvolvimento de uma liderança estratégica, antecipando tendências, alinhando abordagens contemporâneas de liderança.



Visando a efetivação dos preceitos do Mapa Estratégico Nacional, do Planejamento Estratégico de 2010 a 2020 e da Recomendação nº 52/2017 do CNMP foi realizada uma segunda edição do treinamento em Gestão e Liderança no ano de 2020, com o objetivo de fomentar o aprimoramento e a eficiência administrativa.

Devido ao cenário de pandemia, a capacitação foi ministrada por equipe do SENAC e ocorreu na modalidade ON LINE e AO VIVO, através na plataforma Teams. Contou com a carga horária de 16 horas/aula, as quais serão distribuídas em quatro encontros de 04 horas, os quais ocorreram nos dias 04, 10, 18 e 24 de setembro de 2020, no horário de 08:30 às 12:30.

9.2. CURSO DE CAPACITAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO NO SISTEMA COMPRASNET

Com carga horária de 08 horas, a capacitação em questão contemplou 30 (trinta) servidores, lotados nas Coordenadorias de Licitações, Tecnologia da Informação, Comunicação Social e Recursos Humanos. A realização desse curso teve destacada relevância para o momento, uma vez que o “Sistema Comprasnet”, utilizado pelo Ministério Público do Piauí para a realização de compras, teve alterações significativas decorrentes do enfrentamento à COVID 19 no Brasil, bem como outras modificações em seu funcionamento. Levar ao corpo técnico do Ministério Público do Piauí os principais conhecimentos sobre essas alterações possibilitou e continua possibilitando um manejo mais eficiente do referido, bem como tem assegurado um padrão de qualidade nas operações realizadas.

9.3. CURSO DE CAPACITAÇÃO EM ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CONTRATOS WEEK

Considerando que, atualmente, o Ministério Público do Piauí possui mais de 100 (cem) contratos administrativos e instrumentos congêneres em tramitação ou execução, a participação de 12 (servidores) nessa ação de capacitação foi relevante para a atuação de diversos setores técnicos em que estes integrantes ministeriais estão lotados. O curso teve carga horária de 30 (trinta) horas e foi realizado completamente de forma remota, através de ferramentas de educação à distância, reafirmando a necessidade de isolamento social como medida de cuidado e prevenção à disseminação da COVID 19.

9.4. WORKSHOP VIRTUAL MEDIA TRAINING

A comunicação com a Imprensa é ponto central e prioritário para que o Ministério Público Piauiense alcance seu principal destinatário, qual seja a população de todo o estado. Um bom relacionamento com os mais diversos meios de comunicação é fundamental para que haja maior alcance na divulgação da missão ministerial e para que a sociedade se empodere de informações relevantes para a busca dos órgãos responsáveis por sua defesa. Ademais, é através dos meios de comunicação que o Ministério Público presta contas de sua atuação e

maximiza valores como transparência e gestão democrática.

A mudança na rotina de trabalho e a instrumentalização de formas de comunicação completamente diversas, tais como as reuniões virtuais, as entrevistas à distância e a utilização de novas mídias (canais no YouTube, redes sociais e “podcasts”), bem com as novas velocidades da comunicação e da produção de informações, em consequência da pandemia da COVID 19 e do isolamento social, ensejaram a necessidade de oferecer aos membros do Ministério Público ferramentas para melhor atuar em meio a essa mudança de paradigmas, favorecendo eficiência e melhores resultados em suas interações com a Imprensa.

Assim, a realização desse curso teórico-prático, voltado diretamente a Procuradores e Promotores, teve importante papel na maximização da eficiência da comunicação realizada entre Ministério Público, Imprensa e Sociedade.

9.5. APG VIRTUAL – PROGRAMA DE GESTÃO AVANÇADA, FOCADO NA GESTÃO PÚBLICA (AMANA KEY)

Vivemos em um momento, a nível local e global, de extremas e rápidas alterações na realidade fática, com repercussões na gestão e organização administrativa de instituições, seja no manejo dos recursos materiais, seja na liderança e motivação dos recursos humanos, integrando todos os participantes de uma instituição em torno de uma renovação de habilidades e ferramentas de trabalho. Nesse contexto, a existência de bons líderes se torna fator prioritário para o crescimento de qualquer organização. No âmbito do MPPI, particularmente, uma liderança positiva, motivadora e integrada repercute diretamente nos resultados positivos dos setores administrativos, promotorias de justiça, procuradorias de justiça e demais âmbitos de atuação, entregando para a população um serviço mais eficaz e cumpridor de sua missão constitucional.

A existência de um líder capaz, motivador e conectado aos propósitos da instituição que lidera é indispensável para a boa condução de uma instituição sobremaneira importante para o sistema de justiça, responsável por fiscalizar o cumprimento do ordenamento jurídico, proteger as crianças e adolescentes, defender a saúde pública, combater a corrupção, entre outras dezenas de funções institucionais confiadas ao Ministério Público pelo constituinte e pelo legislador ordinário.

Assim, a realização, por 03 (três) integrantes do MPPI, do referido programa, contribuiu para a formação de competências e habilidades imprescindíveis para o avanço da instituição. O programa contou com carga horária de 20 horas.

9.6. PROGRAMA CONEXÃO GOVT&I – DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES E COMPETÊNCIAS NA ÁREA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TI

Programa com módulos teóricos e práticos, bem como mentoria personalizada, totalizando uma carga horária de 160 horas.

Vivemos em um momento, a nível local e global, de extrema dependência das ferramentas de tecnologia da informação, as quais possibilitam a continuidade, com excelência, do mister desta instituição de levar à sociedade a garantia de direitos.

A segurança e a boa gestão no âmbito do manejo dessas ferramentas de TI deve ser prioridade no fortalecimento do Ministério Público neste período, o que se coaduna com o Planejamento Estratégico vigente e com os objetivos que regem a atuação do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, Órgão da Administração Superior focado em oferecer habilidades e competências fundamentais ao bom desenvolvimento dos recursos humanos que fazem as áreas fim e meio deste MP piauiense.

Assim, a contratação desse Programa, com viés teórico e prático, inclusive com a realização de mentorias voltadas a demandas específicas, vem sendo de fundamental importância para o desenvolvimento de novas habilidades por parte dos servidores contemplados, os quais se encontram em cumprimento das atividades de cada módulo, uma vez que se trata de um Programa ainda em desenvolvimento, tendo sido realizados apenas os capítulos iniciais da programação proposta.

10. APERFEIÇOAMENTOS EM MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

10.1. APERFEIÇOAMENTO EM MEDIAÇÃO FAMILIAR - 12.08 a 21.08.20

1. Ana Luiza Masstalerz Pires de Sousa
2. Cynara Maria Cardoso Veras Alves
3. Edivar Cruz Carvalho
4. Lízia Raquel Policarpo Gramosa
5. Maria Luisa Da Silva Lima
6. Ricardo Alves Mendes de Moura

10.2. APERFEIÇOAMENTO EM MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - 05.10 a 23.10.20

1. Edivar Cruz Carvalho
2. Sheyla Maria Leite Albuquerque
3. Viviane Maria de Pádua Rios Magalhães

11. TREINAMENTOS PARA O RETORNO DO TRABALHO PRESENCIAL

Em razão de Plano de Retorno Seguro ao Trabalho Presencial, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, em diálogo com os integrantes do Eixo Treinamento e Desenvolvimento, elaborou cartilhas informativas sobre normas de segurança sanitária para um retorno organizado, seguro e saudável ao trabalho presencial.

As cartilhas versaram sobre protocolos de autocuidado, uso de equipamentos individuais de proteção, novos padrões de limpeza e sanitização, atendimento ao público e transporte de passageiros em veículos do Ministério Público, em consonância com todas as normas estaduais e nacionais sobre o combate à disseminação do novo Coronavírus. Tal iniciativa foi fundamental para informar e educar Membros, Servidores, Estagiários e Terceirizados que integram as equipes do Ministério Público do Piauí.

O material didático foi enviado de forma digital a todos os integrantes e as normas e protocolos foram ministradas em encontros realizados pela Plataforma Teams, sendo as instruções ministradas pela Prof. Mestre Viviane Maria de Pádua Rios Magalhães, Servidora do MPPI e Assessora Pedagógica deste CEAF, com o apoio da equipe administrativa deste e com os setores de Recursos Humanos e Comunicação Social.

Atendimento



ao público

MPPI  Ministério Público do Estado de Piauí



COMO LIMPAR CARRO

E EVITAR CONTAMINAÇÃO PELA COVID-19

MPPI  Ministério Público do Estado de Piauí



MILITARES



AUTOCUIDADO E PROTOCOLO DE ACESSO AO PRÉDIO

12. PROJETO ENCONTRO COM A LEITURA



O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) deu início no ano de 2020 ao projeto Encontro com a Leitura, em que foram realizados, através da plataforma Microsoft Teams, grupos abertos aos membros e servidores do MPPI, para leitura e discussão de obras da literatura brasileira e universal.

O I Encontro da Leitura contou com a participação do Dr. Márcio Carcará como mediador e a obra discutida foi “A Peste”. Na oportunidade, as reviravoltas da

trama e, sobretudo, as reflexões provocadas pela obra em nossos tempos, assolados por uma outra epidemia, foram discutidas durante o debate em grupo.



A obra discutida durante o II Encontro com a leitura foi Olhos D'água, a qual foi publicado em 2016 e consiste na reunião de 15 contos curtos, que podem ser lidos de uma vez só ou no seu próprio ritmo. Cheia de força, a escrita de Evaristo também é carregada de sensibilidade e emoção. A servidora Shaiana Araújo participou como mediadora desse encontro.



O III Encontro com a Leitura propôs uma viagem pelo livro "Qual é a tua obra? Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética". A discussão nos inspirou a fazer a leitura e foi conduzida pela marinheira que entende do assunto, Promotora de Justiça e Chefe de Gabinete da PGJ Dra. Cleia Fernandes.



A obra do IV Encontro com a Leitura foi Saber Cuidar, livro escrito a partir de uma perspectiva de urgência, em que são apontados, por toda parte, sintomas que sinalizam grandes devastações no planeta Terra e na humanidade. São levantadas críticas ao projeto de crescimento material ilimitado, mundialmente integrado, em que se sacrifica 2/3 da humanidade, se extenua recursos da Terra e se compromete o futuro das gerações vindouras. Através da leitura, questões fundamentais ao nosso tempo, em que o Planeta Terra pede socorro e somos intimados a refletir como a nossa relação com a natureza e com as espécies animais influencia na nossa saúde, qualidade de vida e desenvolvimento como um todo. O momento contou com a mediação da Promotora de Justiça e Coordenadora do CAODEC, Dra. Flávia Cordeiro.



A obra do IV Encontro com a leitura foi “Comunicação não-Violenta”, de Marshall Rosenberg, Obra fundamental sobre técnicas para se comunicar no mundo do trabalho, ou fora dele, com respeito e empatia para com o outro, favorecendo relações humanas mais saudáveis. Com lições simples, mas ao mesmo tempo profundas, o autor consegue transformar a maneira como falamos e o modo como ouvimos o outro, com foco em necessidades. Na oportunidade, contamos com a participação da servidora do MPPI, Raquel Policarpo, como mediadora.



O VI Encontro com a Leitura consistiu em um bate-papo virtual sobre a obra Ensaio sobre a cegueira, do Nobel de Literatura José Saramago, e foi mediado pela Promotora de Justiça do MPPI Lia Prado Burgos, que compartilhou várias questões interessantes da sua experiência de leitura, tais como reflexões sobre a visão que o homem tem do mundo, dos valores e da vida em coletividade.



O VII Encontro da Leitura contou com a obra “Chuva Amarela”, um dos mais impressionantes depoimentos sobre pânico e depressão já publicados no Brasil, um livro de memórias em que os leitores se aproximam de uma história real e são provocados a praticarem um exercício de empatia para com o narrador e autor dos relatos. A obra contribuiu com a ampliação das nossas capacidades de compreender, escutar ativamente e se solidarizar. O bate papo acerca da obra seguiu de forma descontraída e foi mediado pela servidora do MPPI Emanuely Costa.

13. RELATÓRIO BIBLIOTECA

A Biblioteca do Ministério Público do Estado do Piauí “Procurador de Justiça Waldyr Silva Guimarães”, é vinculada ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Institucional do Ministério Público do Estado do Piauí, e foi criada através do Ato PGJ nº 525/2015 e seu Regimento Interno aprovado pelo Ato PGJ nº 661/2017. O quadro funcional da Biblioteca é composto por 02 integrantes: uma servidora e uma estagiária.

A Biblioteca possui um acervo composto de 1045 livros, sendo 666 adquiridos através de compra e 379 através de doação;

A catalogação e registro dos livros são realizados pelo software livre Biblivre, mas o empréstimo é feito manualmente através de um livro de empréstimos;

Em razão da pandemia da COVID19 no ano de 2020, com a publicação do **Ato PGJ nº 995/2020 em março** (que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo COVID-19), a Biblioteca manteve-se fechada desde a publicação deste, permanecendo fechada até o presente momento. Por se tratar de um setor que recebe público interno e externo todo dia, tem-se um alto risco à contaminação pelo COVID19, do qual deve-se sua interrupção de suas atividades presenciais.

